



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

Secretaria Conjunta de Bauru

Outubro/2025



SUMÁRIO

1. Apresentação	3
2. Diagnóstico	10
3. Secretaria conjunta	13
4. Deliberações Finais	64



1. APRESENTAÇÃO



#ParaTodosVerem: foto de Sua Excelência o Desembargador Vice-Corregedor **Edison dos Santos Pelegrini**

Em 14 de outubro de 2025, Sua Excelência o Desembargador **EDISON DOS SANTOS PELEGRINI**, Vice-Corregedor Regional, em cumprimento ao artigo 29, II, do Regimento Interno, presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 8/2025, disponibilizado no DEJT, caderno administrativo de 10/9/2025, página 5.





#ParaTodosVerem: foto dos servidores da Corregedoria Regional

A equipe de correições é composta por **profissionais especializados** responsáveis por elaborar a Ata Correicional, dedicando-se de maneira detalhada aos **dados estatísticos e mantendo uma abordagem atenta à realidade da Unidade**

A Equipe de Correições

Vlademir Nei Suato

Adilson Sergio Bertoldo Junior
Alessandra Santos Terçarioli da Silva
José Vanderlei Pagan
Lilian Lawall Guedes
Luciano Marcelo Christ
Luiz Antonio Bueno
Marcos Antonio Mendes
Natália Magnani Salomão
Sandra Mara Magalhães Fumis

	Juizes Coordenador da Secretaria Conjunta de Bauru: Sandro Valerio Bodo e Renata Carolina Carbone Stamponi Juiz Coordenador da Divisão de Atendimento e Administração: Marcelo Siqueira de Oliveira Juiz Coordenador da Divisão de Execução: Paulo Bueno Cordeiro de Almeida Prado Bauer Juizes Coordenadores do Cejusc: Marcelo Siqueira de Oliveira e Zilah Ramires Ferreira
Unidades Integrantes da Secretaria Conjunta de Bauru	1ª Vara do Trabalho de Bauru; 2ª Vara do Trabalho de Bauru; 3ª Vara do Trabalho de Bauru; 4ª Vara do Trabalho de Bauru; 1ª Vara do Trabalho de Jaú; 2ª Vara do Trabalho de Jaú; 1ª Vara do Trabalho de Lençóis Paulista; 2ª Vara do Trabalho de Lençóis Paulista; 1ª Vara do Trabalho de Marília; 2ª Vara do Trabalho de Marília; Vara do Trabalho de Avaré; Vara do Trabalho de Botucatu; Vara do Trabalho de Itápolis; Vara do Trabalho de Garça; Vara do Trabalho de Ourinhos; Vara do Trabalho de Pederneiras; Vara do Trabalho de Santa Cruz do Rio Pardo Cejusc de Bauru Divisão de Execução de Bauru

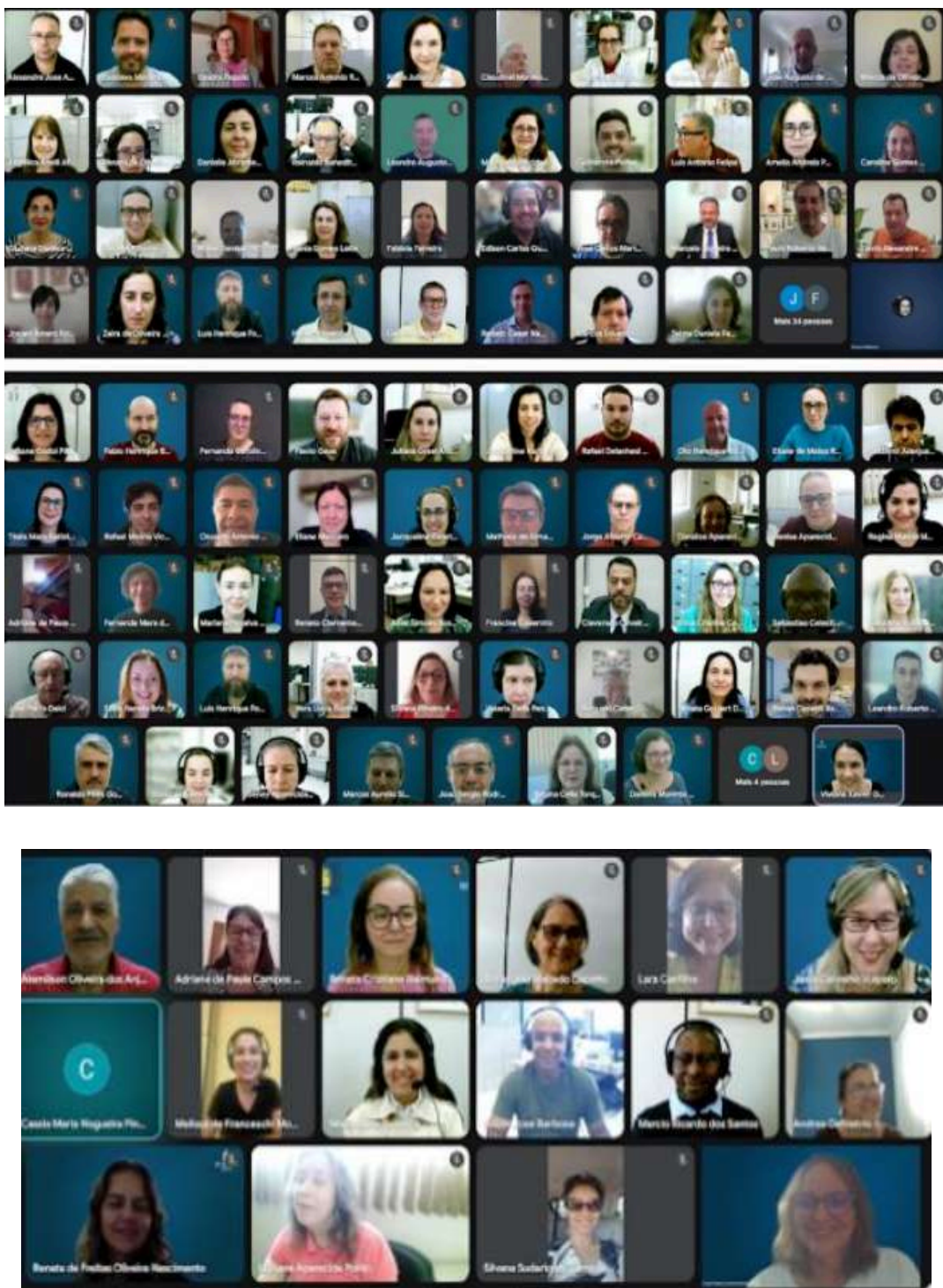


As adesões das Varas do Trabalho de Avaré, Jaú (1ª e 2ª), Lençóis Paulista (1ª e 2ª) e Pederneiras foram concluídas no mês de agosto de 2025, após a realização de suas correções.



Secretaria Conjunta de Bauru

A Equipe da Secretaria Conjunta de Bauru



#ParaTodosVerem: foto com a equipe da Secretaria Conjunta: Alexandre Jose Alves, Gustavo Mariano Coutinho de Souza, Sandra Popolo, Kenia Juliana de Freitas Mendes, Claudinei Moraes dos Santos, Deborah da Costa Amaral, Renata de Paiva Badiz, José Augusto de Barros Filho, Mercia de Oliveira Ovigli, Angelica Anelli Afonso Vieira da Silva, Renata de Oliveira Gomes, Danielle Abrantes de Oliveira,

Secretaria Conjunta de Bauru

Reinaldo Benedito Bagagli, Leandro Augusto Conforti de Oliveira, Marisa Aparecida Diaz, Guilherme Paleari Venial, Luis Antonio Felipe, Amelia Andreia Pereira de Almeida, Caroline Gomes de Mello, Giuliana Daniela Lopes Sganzerla, Isabelle Ribeiro, Maisa Daniela Vicente Dare, Vania Gomes Leite, Fabiola Carla Ferreira, Edison Carlos Quirino, Jose Carlos Marteline, Dr Marcelo Siqueira de Oliveira, Paulo Roberto de Freitas, Flavio Alexandre Silva, Josiani Amaro Rosa Mariani, Zaira de Oliveira Martins, Luis Henrique Forato, Heber Rogerio de Oliveira. Gerson Augusto Donini, Renato Cesar Nabao, Marcos Eduardo Nunes, Telma Daniela Favero, Rosana Godoi Paschoal, Fabio Henrique Biliero, Fernanda Carolina Torres, Flavio Gava, Juliana Graef Artigoso Franco, Jacqueline Karla de Moraes Alves, Rafael Delanhesi de Oliveira, Oto Henrique Pintiaski de Campos, Eliane de Matos Ribeiro, Valdemir Aranjues Sanches, Thais Mara Batistela Pietro Sanches, Rafael Molina Vicari, Osvaldo Antonio de Oliveira, Eliane Mascaro, Jacqueline Zaneti Souza, Matheus de Almeida Pernambuco, Jorge Alberto Castilho Razera, Doralice Aparecida Nardini, Denise Aparecida Camargo, Regina Marcia Manchine Guelfi, Adriane de Paula Batistutta, Fernanda Mara de Freitas, Mariana Penalba Felicio Tonello, Dr Renato Clemente Pereira, Aline Simoes Rosa Ferrari, Francine Casemiro, Dr Cleverson Oliveira Alarcon Lima, Erica Cristina Catan Moscatto, Sebastiao Celestino, Cleia Maria da Luz Ferrarese Nogueira, Jose Paulo Delci, Silvia Renata Bricks Zamboni, Luis Henrique Forato, Vera Lucia Baldini, Silvana Ribeiro dos Santos, Valeria Della Penna Moreno, Augusto Cesar Gandara Capella, Renata Goulart Doretto, Renan Capaldi Barbosa Leandro Roberto Colella, Ronaldo Pires Goncalves, Danubia Alves Vieira Peixoto, Seney Aparecida Neves Eugenio, Marcos Aurelio Silvestre, Joao Sergio Rodrigues Cardoso, Regina Celia Torquato Bock Bitencourt, Daniela Moretto Vargas, Viviana Xavier Geraldo Sardin, Atemilson Oliveira dos Anjos, Adriane de Paula Campos Batistutta, Renata Cristiane raimundo Zanete, Rosangela Macedo Capatto, Lara Castilho, Jania Carvalho Volpato, Cassia Maria Nogueira Pinto, Melissa de Franceschi Mourao, Dra Mariangela Fonseca, Edson Jose Barbosa, Marcio Ricardo dos Santos, Andrea Demetrio, Renata de Freitas Oliveira Nascimento, Luciane Aparecida Polito, Silvana Sudario de Campos e Cassia Helena Coelho Buchianeri.

Não estão na foto os juizes: Renata Nunes de Melo, Breno Ortiz Tavares Costa, Sandro Valério Bodo, Daniele Comin Martins, Larissa Rabello Souto Tavares Costa, Paulo Bueno Cordeiro Almeida Prado Bauer, Karine da Justa Teixeira Rocha, Renata Carolina Carbone Stamponi, Pollyanna Sampaio Candido da Silva Santos, Edma Alves Moreira, Cinthia Maria da Fonseca Espada, Flavio Henrique Garcia Coelho, Aparecido Batista de Oliveira e Edson da Silva Junior. Também não estão na foto os servidores: Thais Oliveira de Almeida, Paulo de Tarso Demetrio, Gustavo Gare Pinheiro, Carlos Eduardo Correia de Godoy, Osvaldo Roveri Junior, Maria Elisa Toledo, Marisa Avanzzi, Adriana Moya Zabolini, Diogo Sabino Silva, Renata Martins Tarallo, Luciano Moreira de Mello, Betina Maria Chiaradia Camacho, Katia de Jesus Antonio, Claudio Augusto Cardoso de Faria, Patricia Silva Figueiredo, Ivana Cristina Garcia Miras Ikehara, Hermann Gustavo Barros Schroeder, Sandra Kaori Tsuji, Patricia Carla Coelho, Esperança Lopes Zaparolli, José Luiz de Almeida Soares, Débora Cardoso Galenti, Paula Burque Besson Boconcelo, Fernanda Beluca Vaz, Olavo Antonetti, Denise Cristina da Silva, Carlos Augusto Lodeiro de Mello, Gerlucia Oliveira Arakaki, Cintia Silviane Bueno de Moraes Barbosa, Lenita Maria Rafael Bonasorte, André Luis de Oliveira Leme, Ailton Januário Junior, Rodrigo Coelho Moraes dos Santos, Jordana Maria Saggioro Marasato, Antonio José Ramponi, Adriana de Souza Gomes, Divania da Costa Alvares, Raissa Fabris de Souza Zimmermann e Nathalia Reche Alves Galli.

Secretaria Conjunta de Bauru

Diretor(a) de Secretaria Conjunta:	Viviana Xavier Geraldo Sardin
Assessoria de Gestão:	Heber Rogério de Oliveira
Divisão de Atendimento e Administração	Leandro Augusto Conforti de Oliveira Marcos Aurélio Silvestre
Divisão de Apoio aos Magistrados:	Flávio Gava Zaira de Oliveira Martins
Assessoria de Conhecimento I:	Ronaldo Pires Gonçalves Danielle Abrantes de Oliveira João Sérgio Rodrigues Cardoso
Assessoria de Conhecimento II:	Ronaldo Pires Gonçalves Danielle Abrantes de Oliveira João Sérgio Rodrigues Cardoso
Divisão de Liquidação:	Silvia Renata Bricks Zamboni
Assessoria da Liquidação I:	Francine Casemiro Rosana Godoi Pasqual Jorge Alberto Castilho Razera
Assessoria da Liquidação II:	Francine Casemiro Rosana Godoi Pasqual Jorge Alberto Castilho Razera
Assessoria da Execução I:	Luis Henrique Forato Renata de Paiva Badiz
Assessoria da Execução II:	Gerson Augusto Donini Érica Cristina Castan Moscatto
Assessoria da Execução III:	Renato Cesar Nabao
Assessoria da Execução IV:	Fernando Cesar Goulart Eliane de Matos Ribeiro
Divisão de Execução:	José Paulo Delci
CEJUSC:	Márcia Di Donatto Ferreira

- Os seguintes servidores atuam em regime de teletrabalho: Alex Risse (Proad 10.736/2022 e SIGEP 7103/2024 AA), Alexandre Jose Alves (PROAD n. 18718/2025), Andrea Demetrio (Proad nº 16368/2025), Angelica A A V da Silva (Requerimento 2994/2025-AA), Caroline Gomes de Mello (Requerimento 11467/2024-AA), Cassia H C Buchianeri (Req. nº 3935/2025-AA), Cintia S B M Barbosa (Req.6649/2025-AA), Claudia A M F Camargo (Requerimento nº 7885/2025-AA), Claudia F Pimentel Lopes (SIGEP 6564/2025), Claudinei Ms dos Santos (Requerimento 2748/2025-AA), Debora Cardoso Galenti (Requerimento nº 14465/2024), Diogo Sabino Silva (Requerimento 11528/2024), Eliane Mascaro (Requerimento nº 3208/2025-AA), Esperanca L Zapparoli (PROAD 22444/2021), Fabio R Martins Barreiros (6694/2025), Fernanda Mara Freitas (Req.



10935/2024-AA), Francine Casemiro (Req. 11785/2024), Gislayne Cristhna Soares (Requerimento 2660/2025 AA), Jania Carvalho Volpato (Proad 19160/2024), Jose A de Barros Filho (Proad 17588/2018 e SIGEP 11826/2024-AA), Jose Carlos Marteline (3231/2025-AA), Josiani Amaro R Mariani (Proad nº 7138/2024), Katia de Jesus Antonio (PROAD n. 26432/2024), Leandro Roberto Collela (Requerimento nº 6275/2025-AA), Luciano Moreira de Mello (Requerimento nº 7702/2025-AA), Maisa D Vicente Dare (Requerimento nº 9956/2025-AA), Mariana P Felicio Tonello (12518/2024-AA), Matheus A Pernambuco (Requerimento nº 7701/2025-AA), Mercia de Oliveira Ovigli (Requerimento nº 12647/2024-AA), Nathalia R Alves Galli (Requerimento nº 4492/2025), Osvaldo A de Oliveira (proad 5489/2023), Oto H Pintiaski Campos (9469/2024), Paulo de Tarso Demetrio (PROAD 12863/2025), Paulo Roberto de Freitas (Req. 9829/2025-AA), Rafael Molina Vicari (PROAD n. 18414/2025), Renata C R Zanete (Requerimento 11469/2024), Renata F O Nascimento (13289/2025), Renata Goulart Doretto (requerimento 6721/2025 AA), Silvia R Bricks Zamboni (Req. 6070/2025-AA), Simone Delastra (Requerimento nº 26107), Thais O de Almeida (Proad nº 28996/2019/SIGEP 11842/2024).

- A Secretaria Conjunta conta com 12 estagiários e 17 estagiárias: Alexssandro Paladino, Ana Julia Mercez Telles Nunes, Ana Laura Magalhaes Avante, Andreza Soragni, Bianca Rossim Moscardo, Bruno Curriel Vaz de Lima, Daniel Cardoso Franco Barbieri, Daniela Cristina da Silva Lopes, Deyvid Richard Aparecido Moraes, Eloisa Hernandez Salgado, Gabrielly Olive de Souza, Isabela Aparecida Martins dos Santos, Isis Martins de Moraes, Jose Eduardo Garieri Marconi, Leonardo Bruder da Silva, Leticia Guezi Nogueira, Murilo Duarte Antico, Nicoly Tiffani Cobra Goncalves, Pedro Henrique Santana Fukazawa, Rebeca Rodrigues Alves, Thauany de Oliveira Santos, Victor Silva Panegocio (todos pelo convênio CIEE). Isabela Cecilia Schiavolin Abel (Prefeitura de Ourinhos); João Vitor Hernandez Sampaio (Prefeitura de Jaú), Livia de Lima Barbosa (Prefeitura de Jaú), Nicholas Miguel Salles Stavarengo (Prefeitura de Marília), Vinicius Brasil Souza Silva (Prefeitura de Ourinhos) e Vitória Eunice Cassiolato (Prefeitura de Ourinhos).

VALE LEMBRAR

- A modalidade de teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, deverá observar os termos do Ato Regulamentar nº 10/2018, com alteração da Resolução Administrativa nº 3/2023.



2. DIAGNÓSTICO



→ Consultas realizadas no período de 15 a 2/10/2025.



Consulte o **Anexo II - Glossário** para obter mais informações sobre os termos e relatórios utilizados e o **Anexo III - Normas institucionais** para o inteiro teor dos normativos.

Autoinspeção



Analisados os relatórios de autoinspeção ordinária anual apresentados pelas unidades da Secretaria Conjunta, constatou-se, de forma resumida, a realização dos seguintes procedimentos:

- Processos prioritários e metas do CNJ/Justiça do Trabalho: analisados e tramitados regularmente. - Remessa de autos/cartas precatórias: cumprida a expedição durante a autoinspeção. - Cumprimento de determinações anteriores: todas as ordens expedidas foram atendidas. - Depósitos financeiros pendentes: expedidos os alvarás cabíveis. - Inconsistências processuais: não foram identificadas em incidentes, baixas, metas do CNJ ou arquivamentos. - Processos aptos a julgamento: levados à conclusão no período da autoinspeção.

Foram relatadas, ainda, diversas outras ações de cumprimento das determinações constantes das atas de correções anteriores, a saber: Regularização de teletrabalho; Correção de falhas em designações de audiências e registros em atas; Orientação e fiscalização do uso correto de ferramentas e sistemas (GIGS, SISBAJUD); Priorização e monitoramento de processos mais antigos em todas as fases; Ajustes nas pautas e ampliação de vagas para o rito sumaríssimo; Utilização de vagas do CEJUSC; Gestão de incidentes de liquidação e execução, inclusive sobrestados, com correção de falhas; Expedição de alvarás, RPVs e precatórios, com liberação de valores; Regularização de processos arquivados sem baixa; Remessa de autos e cartas precatórias; Realização de ofícios, relatórios e distribuição de tarefas para saneamento de inconsistências; Cumprimento de ordens de serviço e recomendações regionais; Adoção de boas práticas de comunicação entre servidores.



Macrovisão da Secretaria Conjunta



A Divisão de Atendimento e Administração utiliza do documento com Perguntas Frequentes - FAQ.



Há sinalização relacionada ao atendimento prioritário de pessoas na Divisão de Atendimento e Administração.



Há configuração de sala e horários no sistema Sistema de Designação de Oitiva de Testemunhas por Videoconferência (SISDOV).



Elevação da quantidade de processos pendentes de finalização na fase de conhecimento.



Houve redução da Idade Média do acervo de processos aguardando a primeira audiência e de processos aguardando o encerramento da Instrução (ambos os ritos).



Houve a padronização dos procedimentos da fase de conhecimento.



Houve redução do prazo médio da fase de conhecimento.



Necessidade de melhor gerir as tarefas do painel da Assessoria de Conhecimento, diante das datas mais antigas apuradas.



Elevação da quantidade de processos pendentes de finalização, bem como, da idade média e do prazo médio na fase de cumprimento de sentença - etapa de liquidação.



Parte do acervo da etapa de execução forçada está com o prazo médio consideravelmente mais elevado que as outras e também maior do que no período correicional anterior.



Necessidade de eliminação do arquivo provisório de processos da fase de cumprimento de sentença.



Avaliar a viabilidade de encaminhamento de um maior número de processos com potencial conciliatório para o CEJUSC, da fase de cumprimento de sentença - etapa de execução forçada.





Foram identificados despachos padronizados no painel da Assessoria de Execução.



Necessidade de especial atenção para que os processos da fase de cumprimento de sentença - etapa de execução, quando aptos, sejam tramitados no painel da Secretaria Conjunta e não nos painéis individuais das Varas.



Necessidade de gerir os processos nas tarefas, com utilização adequada da ferramenta GIGS.



Necessidade de aprimorar a gestão para redução do intervalo de tempo na utilização da ferramenta de bloqueio SISBAJUD, bem como, para análise dos bloqueios efetivados pendentes de desdobramento.



Necessidade de conduzir a gestão para redução do intervalo de tempo para análise dos mandados devolvidos, diante das quantidades e datas apuradas.



Necessidade de intensificar a utilização do sistema GPREC, com especial atenção aos prazos das diligências pendentes de respostas à Assessoria de Precatórios, bem como, proceder aos desdobramentos necessários após o efetivo pagamento.



3. SECRETARIA CONJUNTA

3.1 DIVISÃO DE ATENDIMENTO E ADMINISTRAÇÃO

ATENDIMENTOS						
Mês / Ano	Balcão Virtual	Balcão Presencial	e-mail	malote digital	e-doc	Total
Junho/2025	594	416	1.132	226	90	2.458
Julho/2025	394	499	1.119	287	138	2.437
Agosto/2025	4	679	3.056	403	208	4.350

#ParaTodosVerem: tabela demonstrando a quantidade de atendimentos realizados pela Divisão. A tabela é subdividida em sete colunas, Mês/Ano, Balcão Virtual, Balcão Presencial, e-mail, Malote Digital, e-doc e Total.



A Divisão de Atendimento e Administração utiliza o documento com Perguntas Frequentes - FAQ, que é de conhecimento de toda a equipe.

O horário de atendimento ao público externo é das 12h às 18h. O atendimento é feito pelo balcão presencial e virtual. No caso do balcão virtual, o atendimento é feito somente pela DAA. Caso o interessado solicite reunião com o Magistrado, é concedido a ele esse atendimento, na forma do Provimento GP-CR no 6/2021, artigo 2º, § 3º.

É garantido o atendimento aos advogados fora do horário fixado, se houver servidor nas dependências do fórum.

Observam o atendimento prioritário para pessoas portadoras de deficiência física, as gestantes, as lactantes, as acompanhadas por crianças de colo e as com idade igual ou superior a 60 anos. Há sinalização com placa ou cartaz.

Foi definido o horário para atendimento de reclamações verbais. Há registro do quantitativo de atendimentos (presencial / virtual / e-mail / malote, etc) realizados pela Unidade.

O setor centraliza e administra o recebimento de e-mails, malote digital e outras formas de comunicação entre os setores, como o e-remessa. O setor administra o acervo físico do Fórum, inclusive quanto aos pedidos de carga de processo.

Os servidores desse setor permanecem ativos no chat durante o expediente.

A respeito das atividades administrativas e judiciais, o/a chefe de divisão cumpre integralmente as atribuições do Ato Regulamentar no 1/2018 (por exemplo, demanda sobre instalações elétricas, jardinagem, etc.). Também elabora escala de plantão judicial. A partir de 01/08/2025, passamos a contar com um assessor de atendimento para tais demandas.





Agenda com vagas disponíveis no SISDOV



Existe agenda com disponibilidade para agendamento pelo Juízo Deprecante no município de Bauru.



A Divisão de Atendimento e Administração do Fórum Trabalhista de Bauru possui sala física para oitiva das testemunhas por videoconferência, por meio do SISDOV, que é acompanhada por um servidor da DAA.

3.2 DIVISÃO DE APOIO AO MAGISTRADO



A Divisão de Apoio ao Magistrado foi instalada em 21/2/2024 sob coordenação dos servidores Flávio Gava e Zaira de Oliveira Martins. As atribuições da Unidade foram definidas pela Juíza Coordenadora do Projeto da seguinte forma: Elaboração de minutas de incidentes de execução (EE, ISL, IDPJ, EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE), decisões de tutelas de urgência em execução e decisões de tutelas e sentença em embargos de terceiro.



Atividades compatíveis com o normativo Regional.

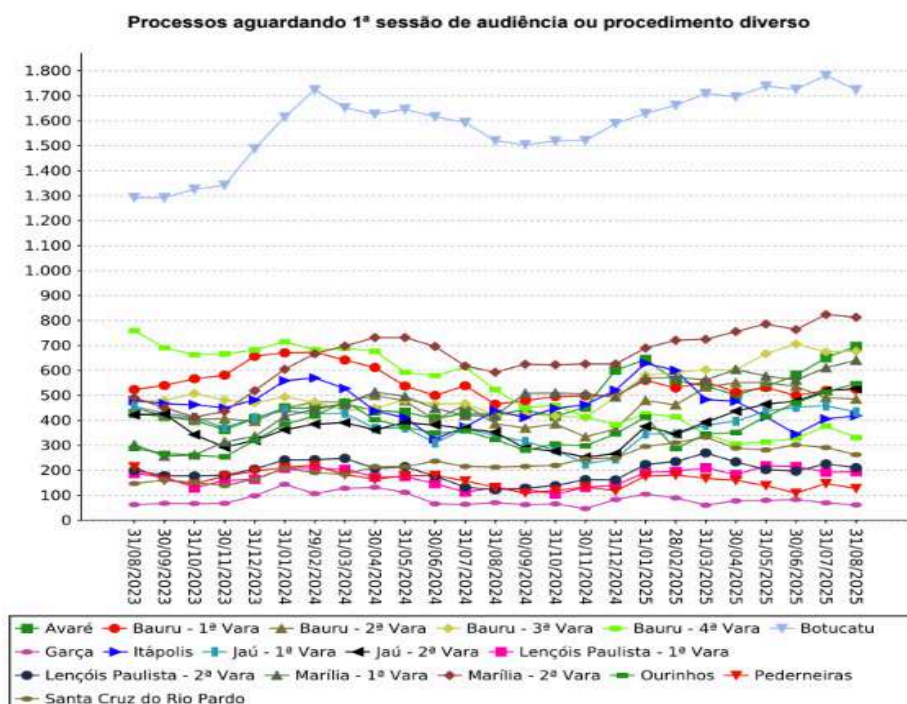


3.3. FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1. Acervo, Idade Média e Prazo Médio no Conhecimento

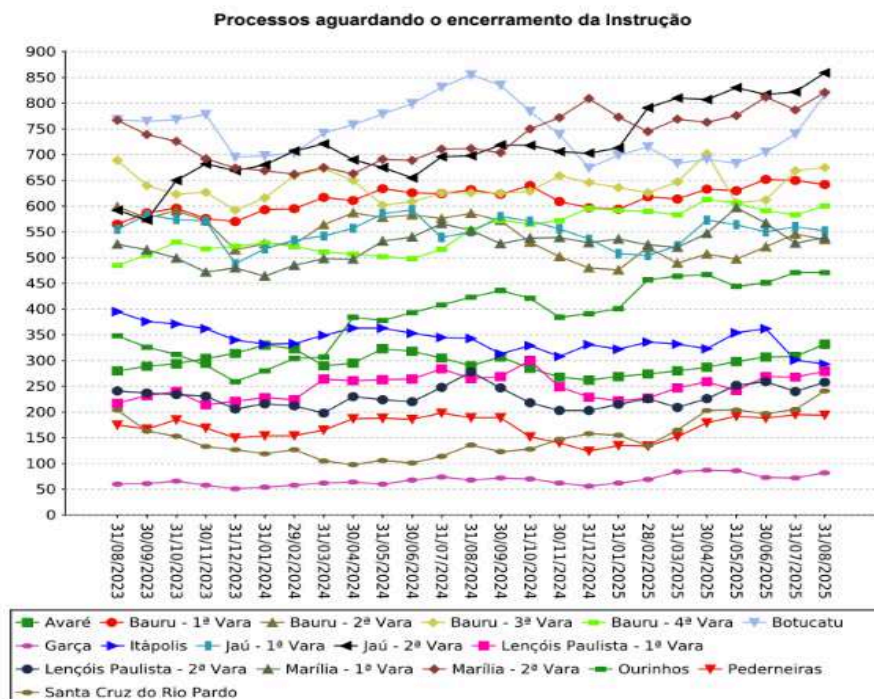
3.3.1.1. Acervo de Pendentes

Fonte: sistema e-SInCor - relatório evolução de indicadores - secretaria conjunta - variáveis: 90060 (aguardando primeira audiência), 90061 (aguardando encerramento da instrução) e 90342 (pendente de finalização).



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a quantidade de processos aguardando 1ª sessão de audiência ou procedimento diverso, por parcela do acervo.

Secretaria Conjunta de Bauru



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a quantidade de processos que aguardam o encerramento da instrução processual, por parcela do acervo.

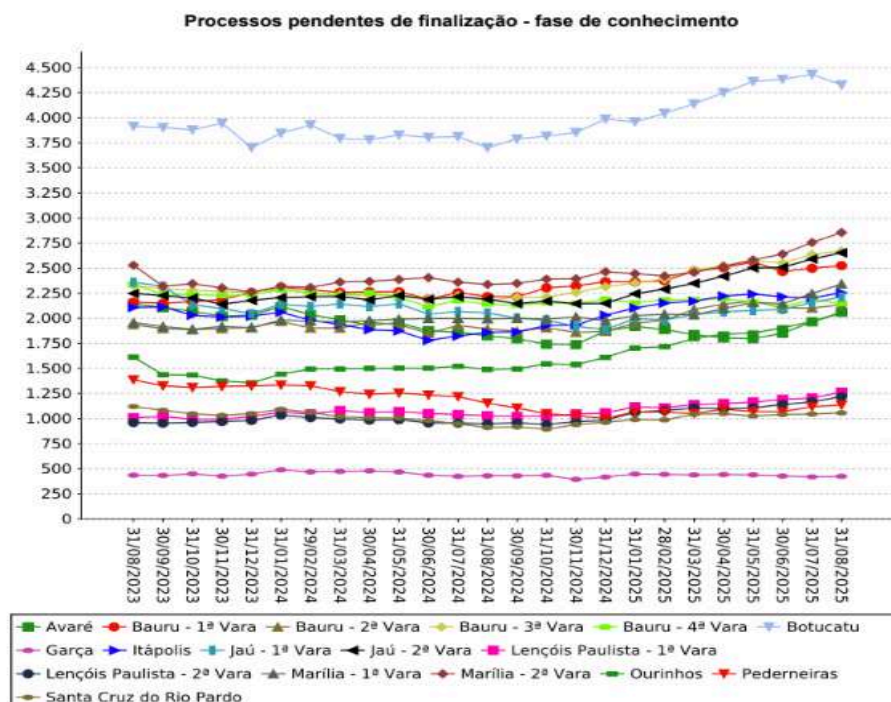


Os gráficos acima demonstram as quantidades de processos que aguardam a realização da primeira audiência e que aguardam o encerramento da instrução, por parcela do acervo, reunidos para avaliar o desempenho da Secretaria Conjunta.



A uniformização da quantidade de processos que aguardam a realização da 1ª audiência e que aguardam o encerramento da instrução mostra-se comprometida, tendo em vista que há parcelas do acervo que não se apresentam em tramitação equânime.

Secretaria Conjunta de Bauru



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a quantidade de processos pendentes de finalização na fase de conhecimento, por parcela do acervo.



O infográfico demonstra a quantidade de processos pendentes de finalização na fase de conhecimento, por parcelas do acervo, reunido para avaliar o desempenho da Secretaria Conjunta.



Houve elevação em parcelas do acervo de processos pendentes de finalização na fase e, ainda, verificam-se parcelas do acervo sem tramitação equânime.

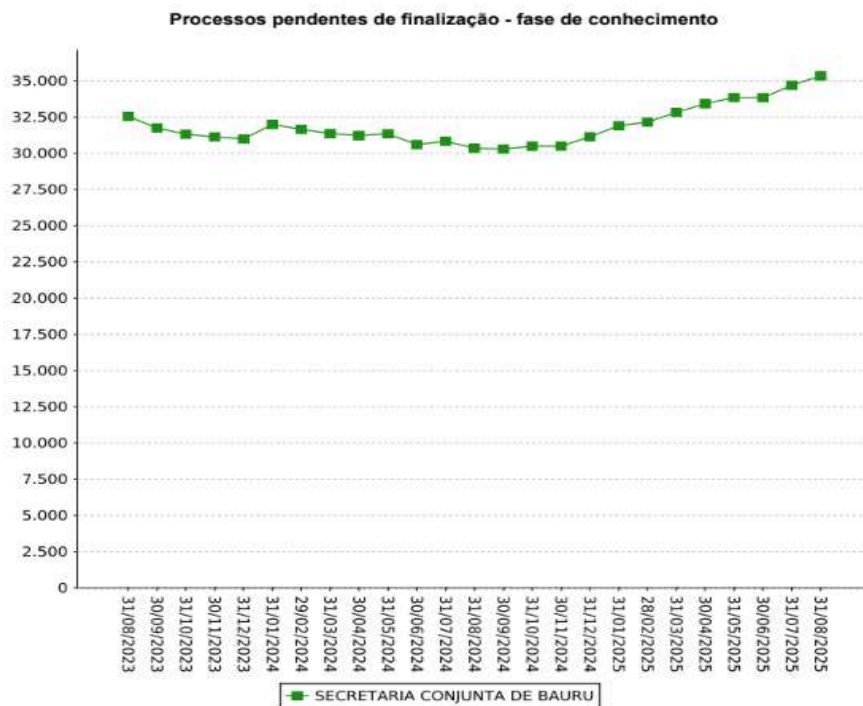
VALE LEMBRAR

- A remessa de processos para a fase de cumprimento de sentença - Etapa da Liquidação contribui para a redução do acervo na fase de conhecimento.
- A evolução dos indicadores do conhecimento ocorre com a baixa dos processos com o registro adequado dos movimentos processuais, quais sejam: remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; remetidos para as instâncias superiores; arquivados definitivamente; em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução.



3.3.1.2. Evolução dos Processos pendentes de finalização na fase de conhecimento - Secretaria Conjunta Agrupado

Fonte: sistema e-SInCor - relatório evolução de indicadores - secretaria conjunta agrupado - variável 90342.



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a quantidade de processos pendentes de finalização, por Secretaria Conjunta.



O infográfico demonstra a quantidade de processos pendentes de finalização na fase de conhecimento, agrupado por Secretaria Conjunta.

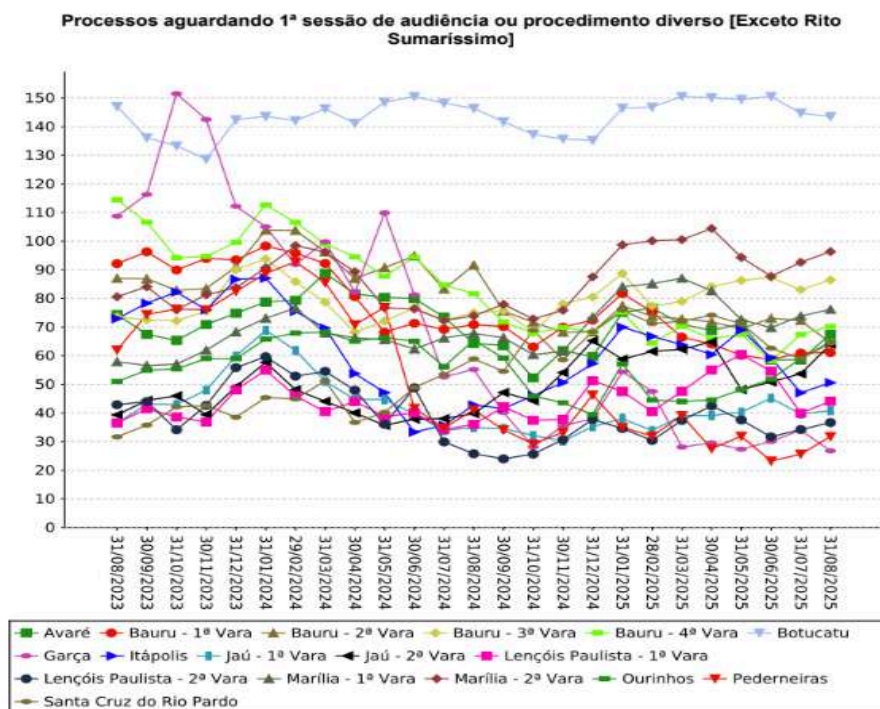


No cômputo da Secretaria Conjunta, como unidade, evidencia-se a elevação da quantidade de processos pendentes de finalização na fase de conhecimento.



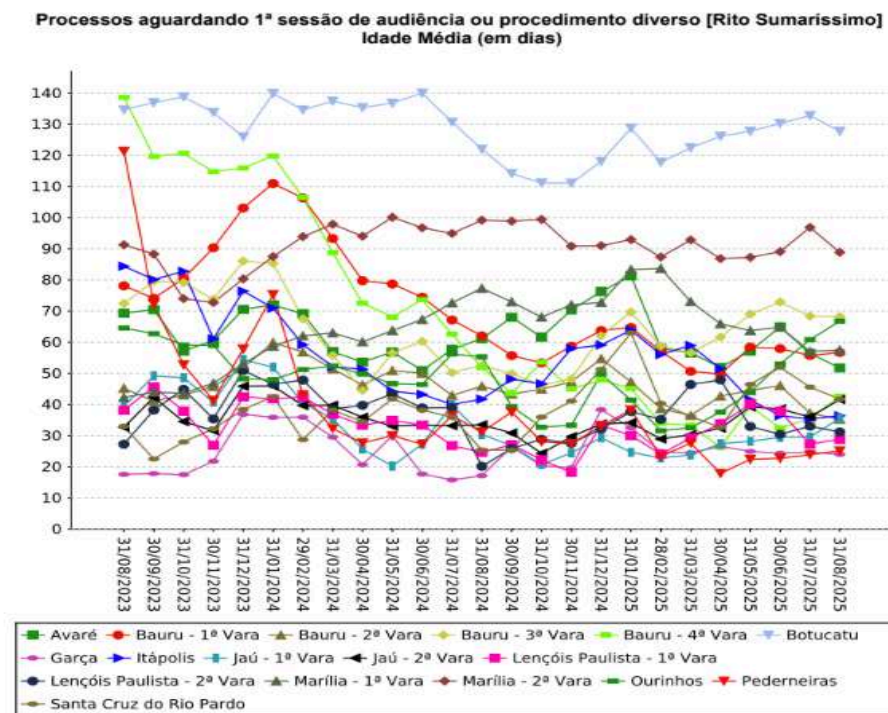
3.3.2. Evolução da Idade Média no Conhecimento

Fonte: sistema e-SInCor - relatório evolução de idade média - secretaria conjunta - variáveis 90060 (aguardando primeira audiência) e 90061 (aguardando encerramento da instrução).



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a idade média dos processos aguardando 1ª sessão de audiência ou procedimento diverso, exceto rito sumaríssimo, por parcela do acervo.

Secretaria Conjunta de Bauru



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a idade média dos processos aguardando 1ª sessão de audiência ou procedimento diverso em processos do rito sumaríssimo, por parcela do acervo.

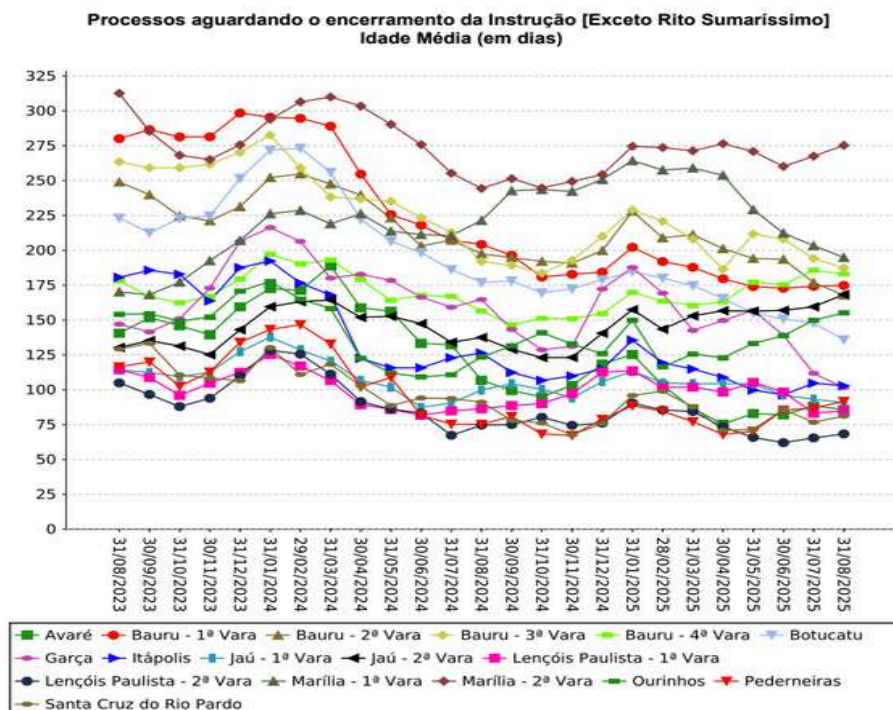


Os gráficos acima demonstram o resultado da gestão da idade média de processos na fase de conhecimento, do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência, por parcela do acervo e por rito, reunido para avaliar o desempenho da Secretaria Conjunta.

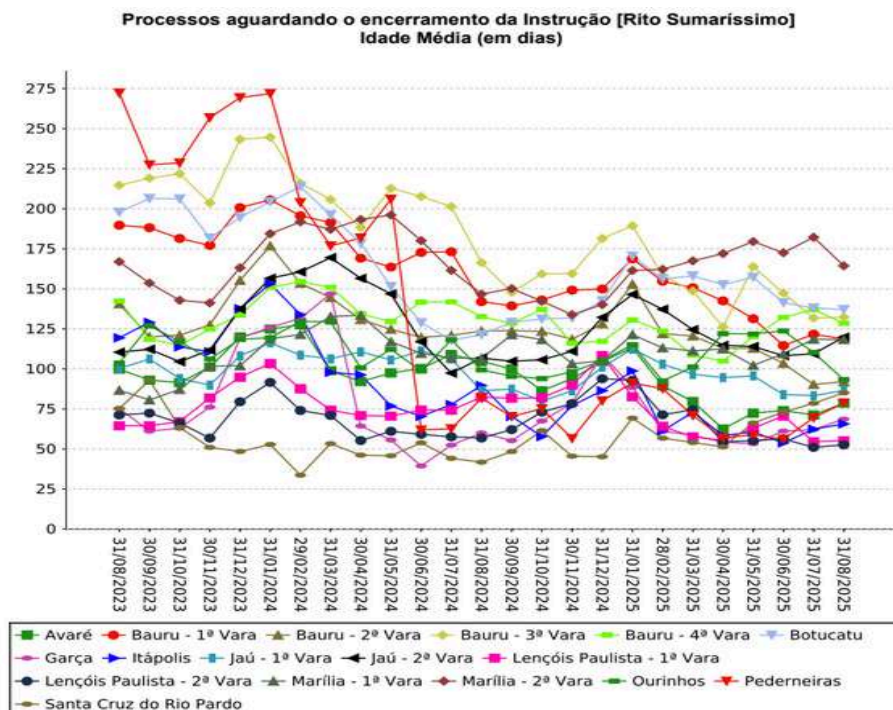


Nota-se maior equilíbrio na Idade Média dos processos aguardando a primeira audiência (ambos os ritos), ainda que tenha havido variação desfavorável no desempenho de uma parcela do acervo.

Secretaria Conjunta de Bauru



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a idade média dos processos aguardando o encerramento da instrução processual, exceto rito sumaríssimo, por parcela do acervo.



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a idade média dos processos aguardando o encerramento da instrução processual, rito sumaríssimo, por parcela do acervo.



Os gráficos acima demonstram o resultado da gestão da idade média de processos na fase de conhecimento, do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução, por parcela do acervo e por rito, reunido para avaliar o desempenho da Secretaria Conjunta.



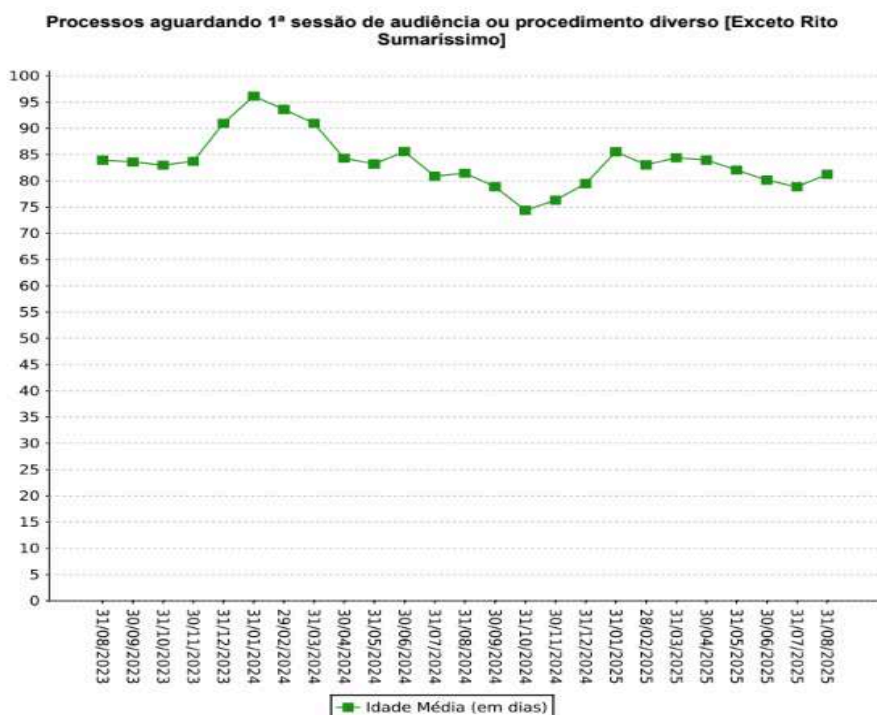
Nota-se tendência de convergência e redução da Idade Média dos processos aguardando o encerramento da instrução, em ambos os ritos.



A parcela do acervo que apresenta as maiores idades médias dentre os processos aguardando encerramento da Instrução (exceto rito sumaríssimo), superior a 200 dias, enseja planejamento específico.

3.3.2.1. Evolução da Idade Média - Secretaria Conjunta Agrupado

Fonte: sistema e-SInCor - relatório evolução da idade média - secretaria conjunta agrupado - variável 90061.

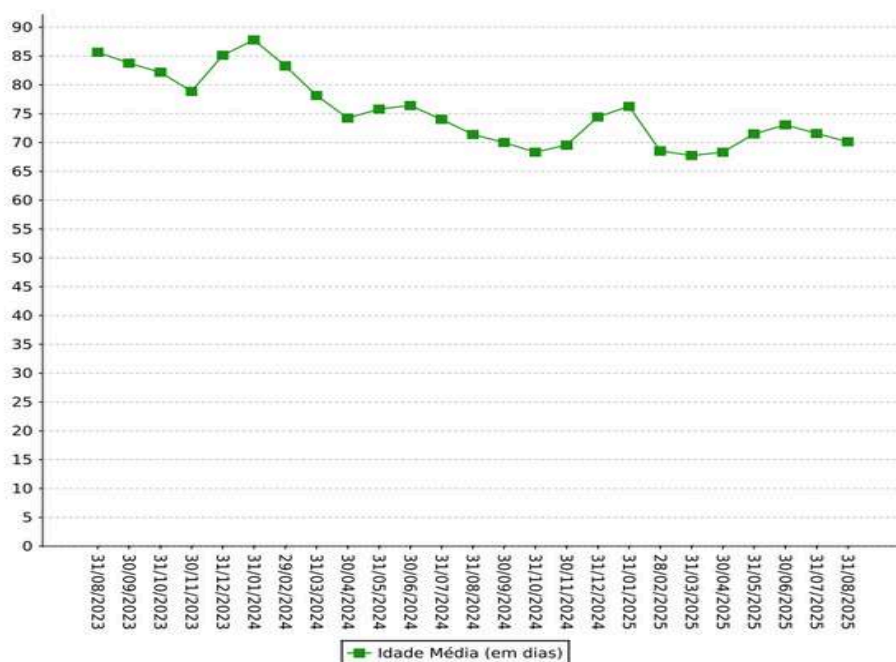


#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a idade média dos processos aguardando a 1ª audiência, exceto rito sumaríssimo, por Secretaria Conjunta.



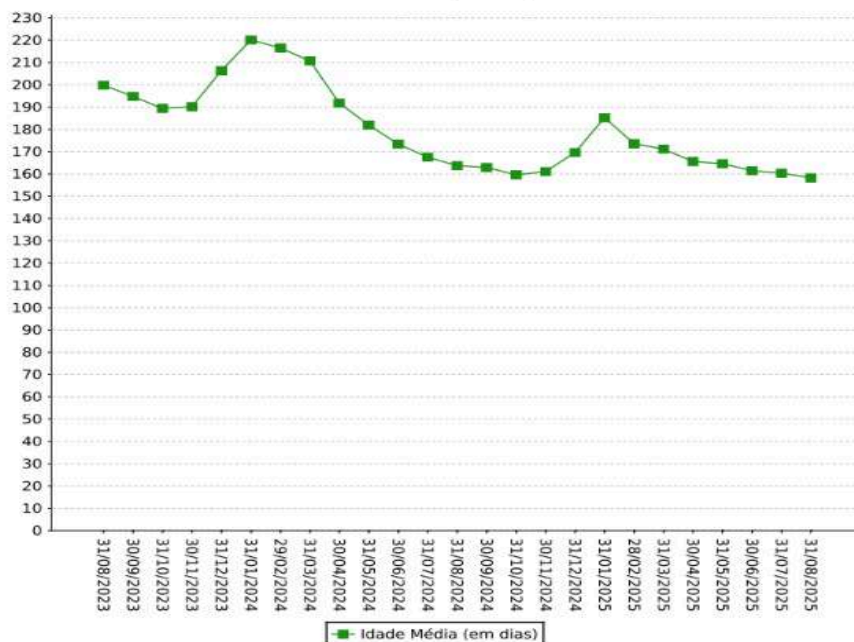
Secretaria Conjunta de Bauru

Processos aguardando 1ª sessão de audiência ou procedimento diverso [Rito Sumaríssimo]
Idade Média (em dias)



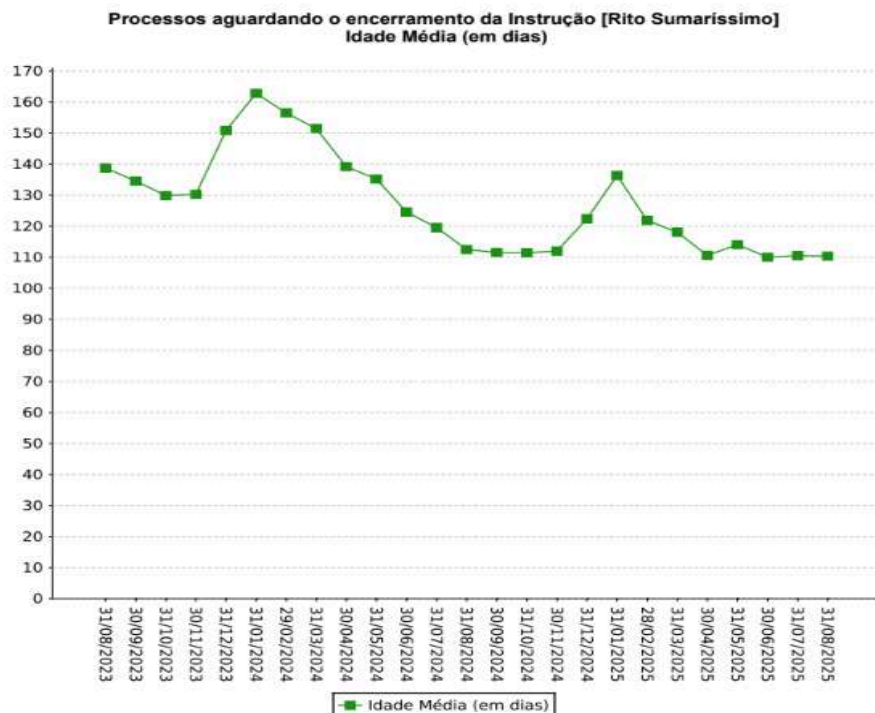
#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a idade média dos processos aguardando a 1ª audiência, rito sumaríssimo, por Secretaria Conjunta.

Processos aguardando o encerramento da Instrução [Exceto Rito Sumaríssimo]
Idade Média (em dias)



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a idade média dos processos aguardando o encerramento da instrução processual, exceto rito sumaríssimo, por Secretaria Conjunta.

Secretaria Conjunta de Bauru



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a idade média dos processos aguardando o encerramento da instrução processual, do rito sumaríssimo, por Secretaria Conjunta.



Os gráficos acima demonstram o resultado da gestão da idade média de processos na fase de conhecimento, do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução, agrupados por Secretaria Conjunta e por rito.

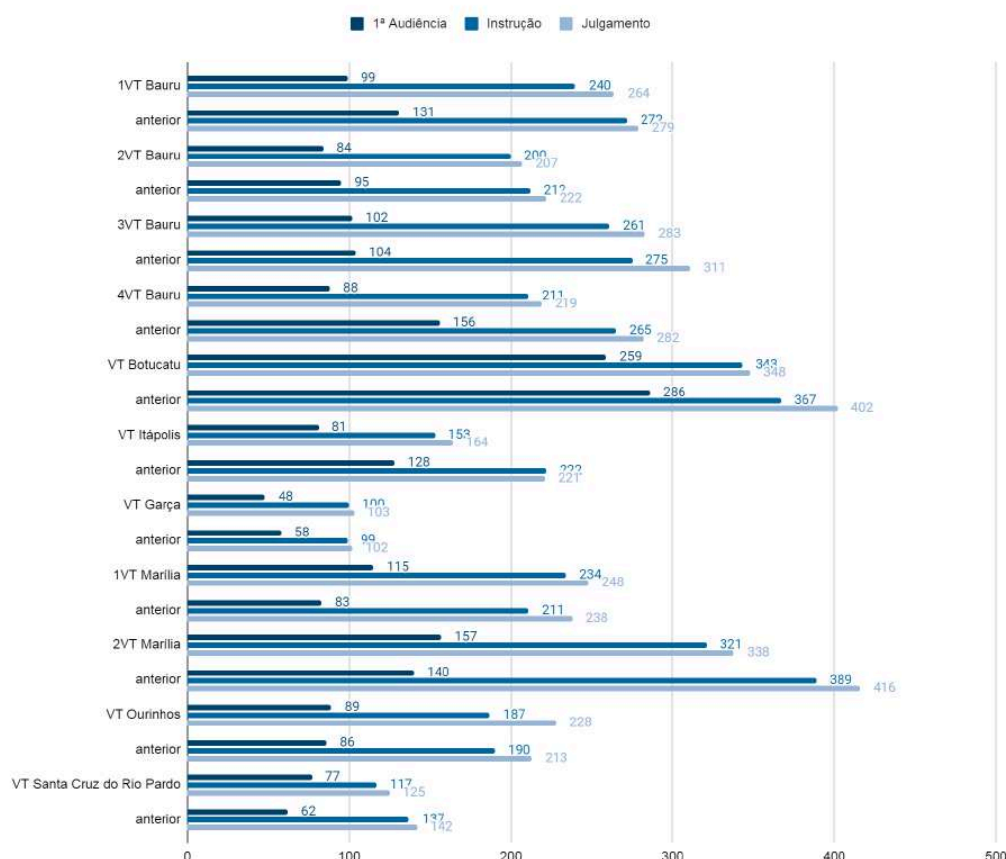


No cômputo da Secretaria Conjunta, como unidade, evidencia-se a redução da Idade Média do acervo de processos aguardando a primeira audiência e de processos aguardando o encerramento da Instrução (ambos os ritos).



3.3.3. Evolução do Prazo médio no Conhecimento

Fonte: Relatório Correicional, item 5.1



#ParaTodosVerem: gráfico em barras indicando o prazo médio de tramitação dos processos nas etapas da fase de conhecimento, desde o ajuizamento da ação até a prolação da sentença, por parcelas do acervo, no período correicional anterior e no atual.



A ferramenta de apuração do prazo médio das etapas da fase de conhecimento da Secretaria Conjunta está em construção. Por ora, os dados acima são referências do desempenho das Varas do Trabalho componente da Secretaria Conjunta nas seguintes etapas: do ajuizamento até a 1ª audiência, do ajuizamento até o encerramento da instrução e do ajuizamento até a prolação de sentença.

VALE LEMBRAR

- A redução da antiguidade dos processos de acervo, ainda que reflita, à primeira vista, a elevação do prazo médio, possibilita a paulatina redução desse prazo e da idade média dos processos ao longo da gestão.



3.3.4. Evolução do Prazo médio no Conhecimento - agrupado

Fonte: e-SInCor, relatório sintético de itens do e-Gestão - item 90416.

**Prazo Médio
na Fase de Conhecimento
(em dias) (90416)**

240,45 → 223,95



O prazo médio no âmbito da Secretaria Conjunta como unidade apresentou redução.

3.3.5. Audiências no CEJUSC-JT (Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas)

Fonte: sistema e-Sincor, variável 90430 - CEJUSC-JT de Bauru

UNIDADES	QUANTIDADE DE PROCESSOS REMETIDOS
1VT Bauru	249
2VT Bauru	190
3VT Bauru	449
4VT Bauru	225
VT Botucatu	43
VT Itápolis	69
VT Garça	0
1VT Marília	5
2VT Marília	2
VT Ourinhos	3
VT Santa Cruz do Rio Pardo	2
TOTAL	1.237

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de processos da fase de conhecimento remetidos ao CEJUSC, por parcela do acervo.



A tabela acima mostra o encaminhamento de processos para o CEJUSC para as pautas de mediação ou de iniciais.

Além das pautas ordinárias, o CEJUSC é mobilizado para as semanas temáticas promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Tribunal Superior do Trabalho (TST).





Constata-se o envio de quantidade discreta de processos para o CEJUSC para tentativa de conciliação, por parcelas do acervo. Recomenda-se a utilização mais efetiva deste Centro ante a criticidade dos índices da fase.



O CEJUSC de Bauru é utilizado pelas unidades da seguinte forma: Predominantemente os processos são escolhidos pelo potencial de conciliação, além de outros critérios definidos na parametrização (Tópico 067 - Possibilidade de remessa no despacho de abertura de liquidação, na fase de análise dos cálculos ou após a homologação, com disponibilidade de pauta semanal própria e também do CEJUSC./ Tópico 097 - Havendo requerimento das partes para realização de audiência de conciliação em processos na fase de liquidação execução, encaminhar o feito ao CEJUSC./ Petição solicitando expressamente o envio de processo ao CEJUSC (fase de conhecimento) - minutar o despacho deferindo) As Unidades têm utilizado o Cejusc de forma uniforme. O Cejusc tem sido utilizado de forma efetiva tanto na fase de conhecimento quanto na fase de liquidação/Execução, considerando-se os índices de criticidade de cada fase e de cada Unidade.

VALE LEMBRAR

- A inclusão de processos com potencial conciliatório em pautas de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade ou no CEJUSC podem contribuir para o êxito na composição e, consequentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.

3.3.6. Padronização de procedimentos



A unidade informou que, na fase de conhecimento, todos os procedimentos já foram padronizados, com a inclusão de modelos de despachos padronizados no sistema PJe.

Todas as reuniões previstas pela Ordem de Serviço CR nº 14/2023 estão sendo realizadas, com frequência semanal, exceto a de gestores que ocorre quinzenalmente.



Foram identificados modelos de despacho padronizados nos painéis das Assessorias no sistema PJe.





Realização semanal de reuniões internas como medida de aperfeiçoamento das rotinas de trabalho e de tramitação de processos, bem como para promover a troca de experiências e a visão sistêmica da fase de conhecimento.

3.3.7. Processos Pendentes de Inclusão em Pauta

Fonte: sistema PJe (consulta em 24/9/2025)

TAREFA TRIAGEM INICIAL - CON1 - Bauru		
Quantidade	Data mais antigo	Processo
502	4/8/2025	0011771-97.2024.5.15.0031

#ParaTodosVerem: tabela contendo a quantidade aproximada de processos pendentes de inclusão em pauta



Acima, a tabela mostra quantos processos na tarefa “Triagem inicial” no Órgão Julgador CON1 - Bauru estão pendentes de inclusão em pauta.



Dispensada a designação de audiência, quando for parte a União, o Estado, os Municípios, as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, seja qual for a matéria debatida nos autos.

O percentual estimado de processos com ente público em trâmite na Secretaria Conjunta de Bauru, na fase de conhecimento, corresponde a 12,4%



A unidade informou que está utilizando os órgãos julgadores CON1 e CON2, no PJe, para a tramitação dos processos da fase de conhecimento.





No tocante aos processos nos quais são partes a União, o Estado, os Municípios e as autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, as unidades apresentam os seguintes procedimentos:

- Unidades que não incluem processos com ente público como único reclamado (ou sem perícia) na pauta: 1VT Bauru, 2VT Bauru, 3VT e 4VT Bauru (só incluem quando há perícia);
- Unidades que incluem em pauta, independentemente de perícia: VT Botucatu, 1VT e 2VT de Marília;
- Unidades com critérios específicos: VT Garça: inclui em pauta, salvo se for só matéria de direito/documental, com perícia sempre há audiência inicial; VT Ourinhos: não inclui em pauta se matéria de direito, inclui com perícia; VT Santa Cruz do Rio Pardo: não inclui em pauta se o ente público é 1º reclamado, com perícia é designada audiência somente após o laudo e se houver pedido das partes; VT Itápolis: inclui em pauta quando o município é parte principal, com perícia depende de despacho prévio.

VALE LEMBRAR

- Priorizar a inclusão dos processos da tarefa "Triagem Inicial" na pauta de audiências, a fim de se evitar um grande lapso temporal entre o recebimento da ação e a designação da sessão.
- A inclusão de processos pendentes de audiência de instrução, no mesmo ato em que deferirem a produção da prova técnica, independentemente de sua finalização, evita que haja processos sem data de audiência.
- A inclusão de processos pendentes de audiência deve ser planejada de forma a, minimamente, preservar os prazos de audiência identificados, com acompanhamento constante pela Secretaria do chip "Audiência - não designada" a fim de evitar prejuízo da celeridade processual.



502 processos com o *chip* "Audiência - não designada" no painel CON1 - Bauru, demandando a necessidade de acompanhamento e análise para, se o caso, a inclusão dos processos em pauta para prosseguimento.



3.3.8. Tramitação de processos nas Assessorias

Fonte: sistema PJe, consulta em 18/9/2025.

TAREFAS	QUANTIDADE DE PROCESSOS	MAIS ANTIGO
Aguardando Final de Sobrestamento sem GIGs ou com GIGs vencido	17	29/8/2025
Análise	789	22/5/2025
Cumprimento de Providências sem GIGs ou com GIGs vencido	164	1/1/2000
Prazos Vencidos	115	14/8/2025
Preparar Expedientes e Comunicações	265	15/8/2025
Recebimento de Instância Superior	-	-
Remeter ao 2º Grau	-	-

#ParaTodosVerem: tabela demonstrando a quantidade de processos existentes nas tarefas Análise, Comunicação e Expediente, Novos Processos, Cumprimento de Providências com GIGs vencido, Prazo Vencido, Aguardando Final de Sobrestamento - GIGs vencido e Aguardando Cumprimento Acordo - GIGs vencido.



Além dos processos apontados na tabela, constatou-se a existência de diversos processos nos painéis das unidades, assim distribuídos:

- Análise: 1.172 processos
- Cumprimento de Providências: 112 processos, sem GIGs ou com GIGs vencidos
- Preparar Expediente e Comunicação: 155 processos
- Prazo Vencido: 321 processos
- Aguardando Final de Sobrestamento: 251 processos, sem GIGs ou com GIGs vencidos
- Recebimento de instância superior: 800 processos
- Remeter ao 2º Grau: 16 processos
- Triagem inicial: 724 processos



Atualmente, estão em andamento **20.261** processos sob o regime do "Juízo 100% Digital" na fase de conhecimento na Secretaria Conjunta.





As tarefas “Análise”, “Cumprimento de Providências”, “Prazos Vencidos”, “Preparar Expedientes e Comunicações” e “Triagem Inicial” apresentam datas bastantes variadas de processos mais antigos e também disparidades nas quantidades.



O processo mais antigo na “Triagem Inicial” é o 0011062-45.2025.5.15.0090 e data de 18/6/2025.



Existem, aproximadamente, 1.195 processos com o chip “Audiência - não designada”, demandando a necessidade de acompanhamento e análise.



Dentre os processos com o *chip* “Audiência - não designada”, estão, dentre outros, aqueles sobrestados por temas de repercussão geral (0010081-77.2025.5.15.0005), aqueles aguardando término de perícia (0010513-96.2025.5.15.0005), outros que necessitam tramitação (0010636-31.2024.5.15.0005, documento aguardado já se encontra juntado), há também aquele que aguarda prolação de sentença desde maio/2025, mas não foi à conclusão, estando na tarefa “Análise” (0011977-92.2024.5.15.0005), que estão sem tramitação, aguardando prosseguimento (0010882-90.2025.5.15.0005 e 0011056-02.2025.5.15.0005).



Nas tarefas “Aguardando final do sobrestamento” e “Cumprimento de Providências” foram identificados processos sem a utilização do GIGS.

3.3.8.1. Análise de Processos (Autoinspeção e Cumprimento de Normativos)

→ Processos localizados por amostragem na data de 19/9/2025.



Constata-se a manifestação explícita de preenchimento dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade dos recursos ordinário e agravo de petição do processo 0011461-14.2024.5.15.0089 e 0010634-61.2024.5.15.0005.



A otimização de procedimentos no controle de perícias foi observada, visto que presente a delimitação de prazos subsequentes para partes e perito no processo 0011975-24.2025.5.15.0091.



A comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, entre partes e perito ocorreu exclusivamente dentro dos autos, no processo 0010949-59.2023.5.15.0091.





Verifica-se ausência de cadastramento de nova atividade de GIGS "ACORDO - CONHECIMENTO" no processo 0011006-13.2024.5.15.0101.

VALE LEMBRAR:

- O acesso do Juízo à agenda do perito para fixar a data da perícia no próprio ato de sua designação contribui para a otimização da colheita da prova técnica. Na hipótese de falta do acesso à agenda, a comunicação da data da perícia pelo perito dar-se-á exclusivamente no próprio processo no sistema PJe.
- No curso da colheita da prova técnica, todas as comunicações necessárias entre as partes e o perito devem ser praticadas pela Vara do Trabalho. Assim, as partes devem peticionar nos autos, requerendo ao juízo a comunicação de quaisquer informações ou solicitações ao perito, que também deve peticionar nos autos eletrônicos para solicitar ou responder às comunicações das partes. Destaca-se, ainda, que todos os documentos pertinentes à prova devem ser anexados diretamente no sistema PJe, não devendo haver comunicação e envio de peças processuais, como laudo, impugnações e pedidos de esclarecimentos, fora dos autos.

3.3.9. Juizado Especial da Infância e Juventude - JEIA

Fonte: sistema PJe - painel do JEIA de Bauru -

Pesquisa realizada em 2/10/2025:

Total mensal de audiências:

Total mensal de audiências							
SALA PRINCIPAL							
TIPO	7/2025	8/2025	9/2025	10/2025	11/2025	12/2025	1/2026
INICIAL	3	3	1	3	1	-	-
INSTRUÇÃO	2	3	-	2	2	4	3
UNA	5	3	8	5	5	4	-
TOTAL	10	9	9	10	8	8	3

#ParaTodosVerem: tabela demonstrando a média de audiências INI, INS e UNA realizadas na Sala 1 Principal, no mês da correção ordinária, três meses anteriores e três meses seguintes.





O Juizado Especial da Infância e Juventude - JEIA da Circunscrição de Bauru está sob coordenação do Juiz Substituto em auxílio fixo Breno Ortiz Tavares Costa, conforme Portaria 1330/2024.



Consulta realizada no sistema PJe do JEIA, em 19/9/2025, constatou a designação de pautas de audiências nos seguintes dias:

- 11/9/2025: 9 audiências (1 inicial e 8 UNAs);
- 23/10/2025: 10 audiências (3 iniciais, 5 UNAs e 2 instruções);
- 27/11/2025: 8 audiências (1 inicial, 5 UNAs e 2 instruções), ainda com vagas para marcação; e
- 11/12/2025: 8 audiências (4 UNAs e 4 instruções), com vagas disponíveis para marcação.



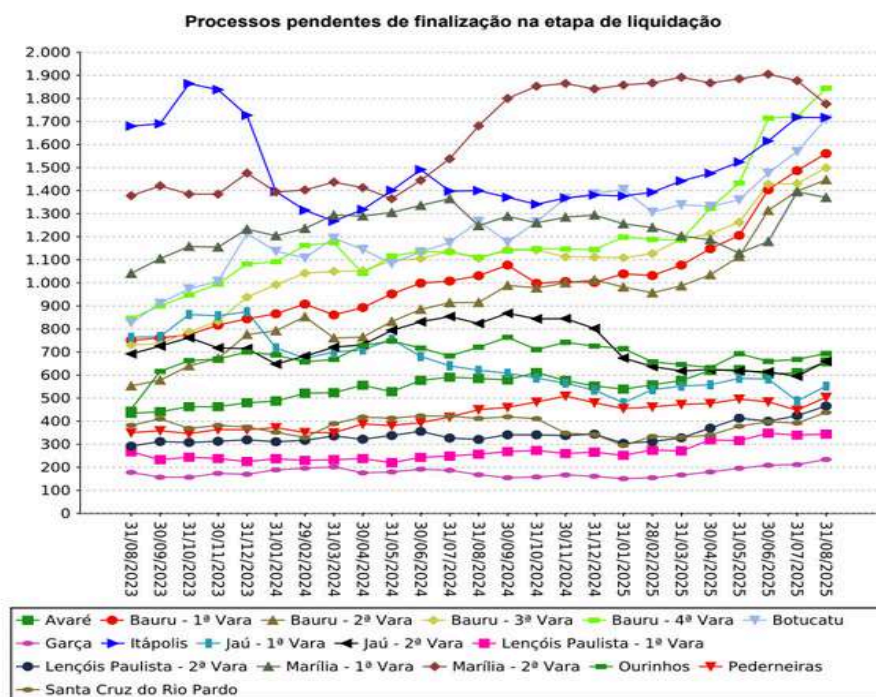
FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

3.4. ETAPA DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1. Acervo, Idade Média e Prazo Médio na Liquidação

3.4.1.1. Acervo de Pendentes

Fonte: sistema e-SInCor, relatório evolução de indicadores - secretaria conjunta - variável 90537 (pendentes de finalização)



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a quantidade de processos pendentes de finalização na fase de cumprimento de sentença - Etapa da Liquidação, por parcela do acervo.



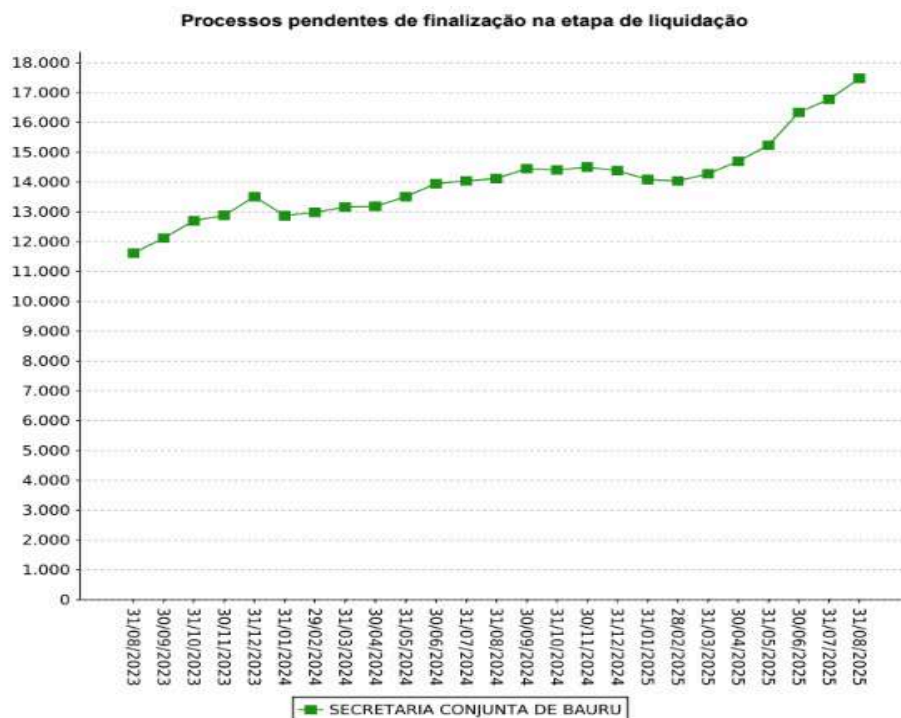
O infográfico demonstra a quantidade de processos pendentes de finalização na etapa de liquidação, por parcelas do acervo, reunidos para avaliar o desempenho da Secretaria Conjunta.



Evidencia-se elevação da quantidade de processos pendentes de finalização na fase de liquidação, com manutenção de dois grupos distintos.

3.4.1.2. Evolução dos Processos pendentes de finalização na etapa de liquidação - Secretaria Conjunta Agrupado

Fonte: sistema e-SInCor - relatório evolução de indicadores - secretaria conjunta agrupado - variável 90537.



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a quantidade de processos pendentes de finalização na etapa de liquidação, por Secretaria Conjunta.



O infográfico demonstra a quantidade de processos pendentes de finalização na etapa de liquidação, agrupados por Secretaria Conjunta.

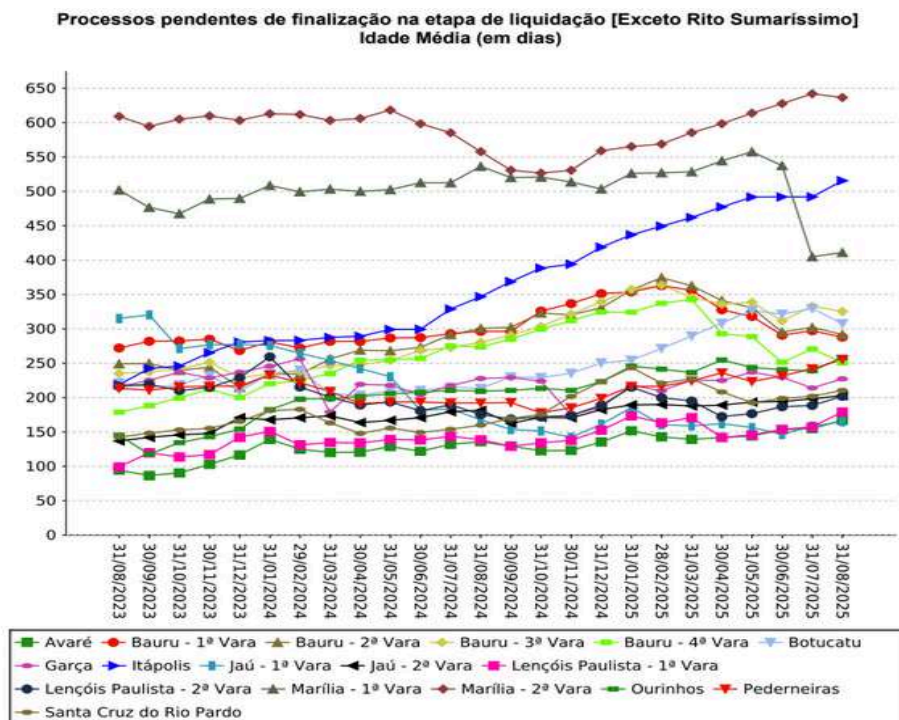


No cômputo da Secretaria Conjunta, como unidade, evidencia-se a elevação da quantidade de processos pendentes de finalização na etapa de liquidação.



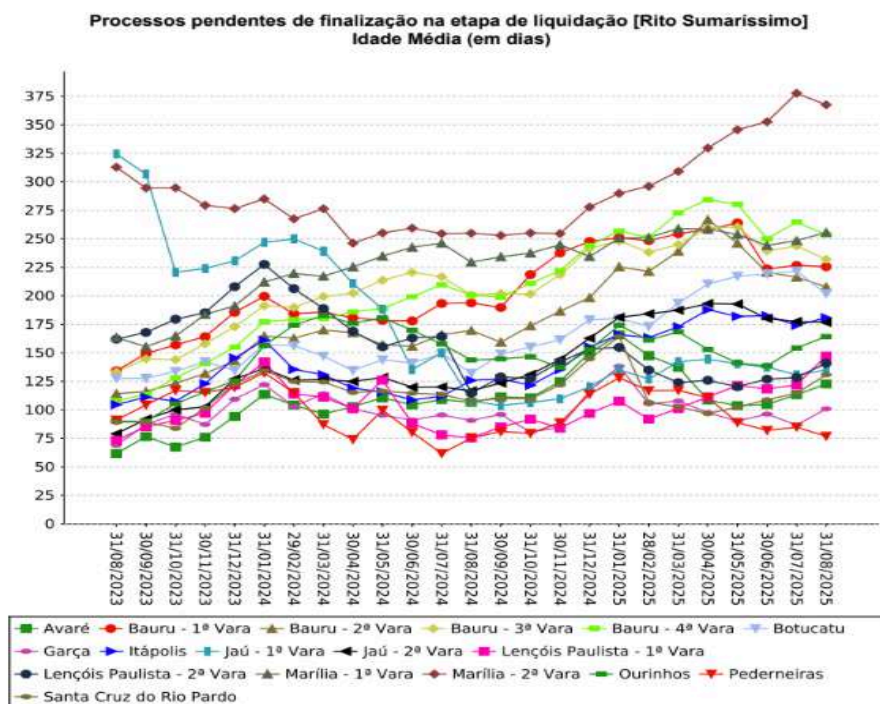
3.4.2. Evolução da Idade Média na liquidação

Fonte: sistema e-SInCor - relatório evolução de idade média - secretaria conjunta - variável 90537.



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a idade média dos processos na etapa de liquidação, exceto daqueles do rito sumaríssimo, por parcela do acervo.

Secretaria Conjunta de Bauru



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a idade média dos processos na etapa de liquidação, rito sumaríssimo, por parcela do acervo.



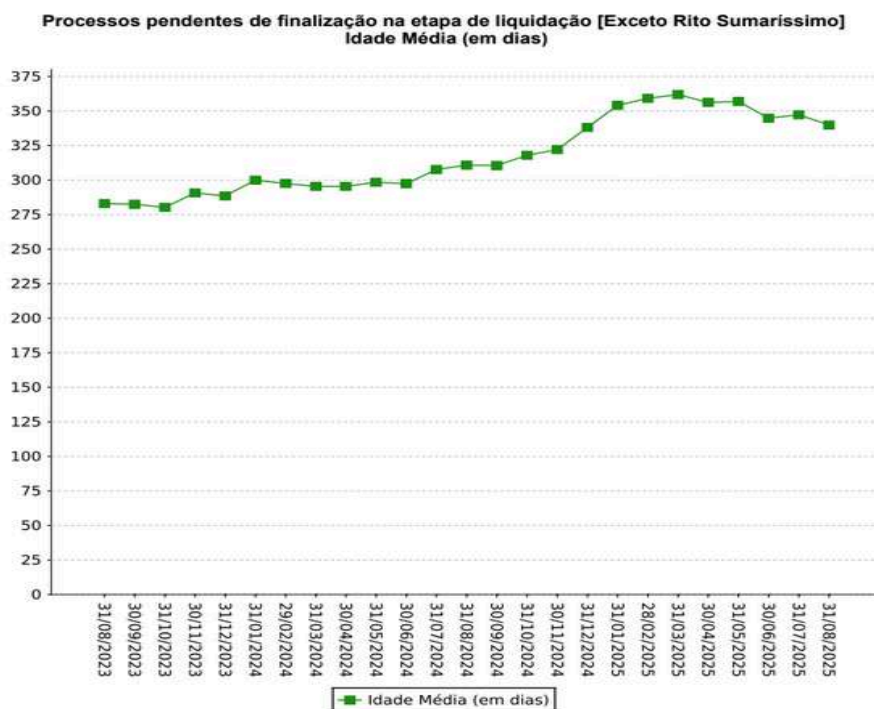
Os gráficos acima demonstram o resultado da gestão da idade média de processos na etapa de liquidação, do início à finalização da liquidação, por rito e por parcela do acervo, reunidos para avaliar o desempenho da Secretaria Conjunta.



A uniformização de Idade Média dos processos na etapa de liquidação, com foco na antiguidade, é observada em algumas parcelas do acervo. Todavia, há parcelas com tendência de elevação em ambos os ritos.

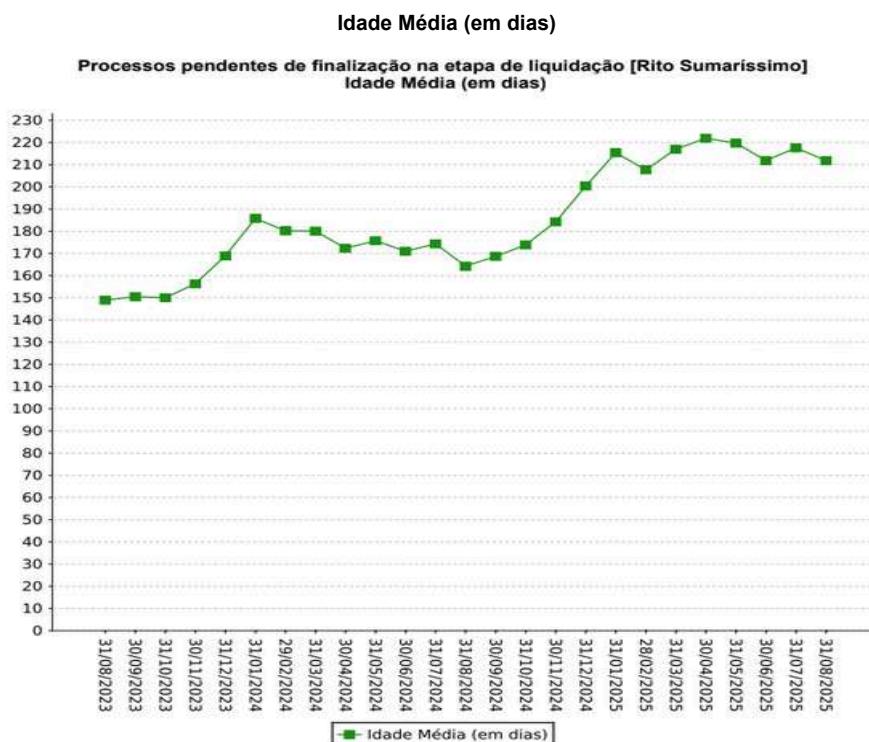
3.4.2.1. Evolução da Idade Média - Secretaria Conjunta Agrupado

Fonte: sistema e-SInCor - relatório evolução de idade média - secretaria conjunta agrupado - variável 90537.



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a idade média dos processos na etapa de liquidação, exceto daqueles do rito sumaríssimo, por Secretaria Conjunta.

Secretaria Conjunta de Bauru



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a idade média dos processos na etapa de liquidação, rito sumaríssimo, por Secretaria Conjunta.



Os gráficos acima demonstram o resultado da gestão da idade média de processos na etapa de liquidação, do início à finalização, por rito, agrupado por Secretaria Conjunta.

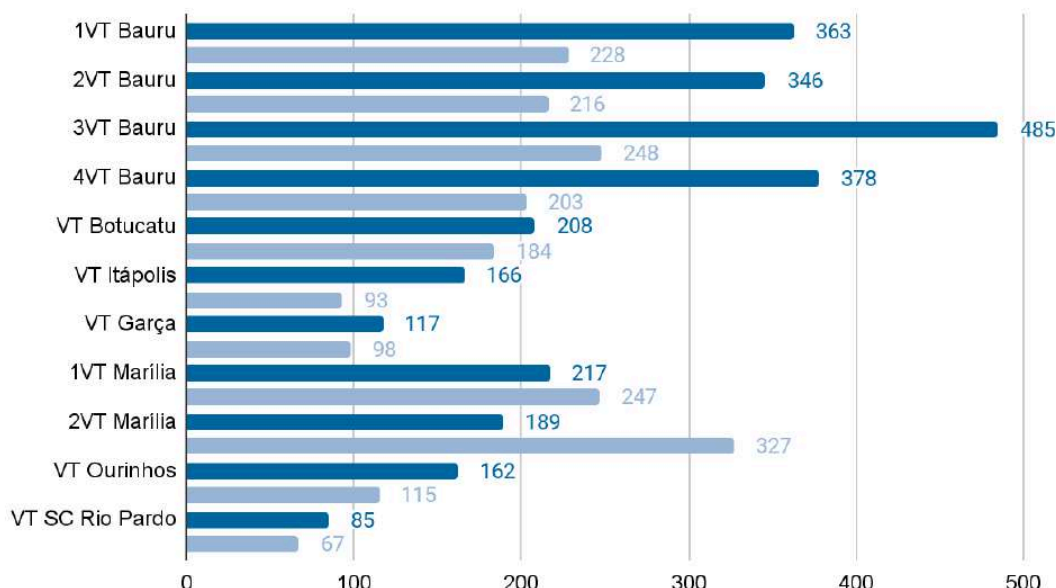


No cômputo da Secretaria Conjunta, como unidade, evidencia-se a elevação da Idade Média do acervo de processos pendentes de finalização na fase de cumprimento de sentença - Etapa da Liquidação. Todavia, nota-se tendência de redução nos últimos meses da apuração.



3.4.3. Evolução do Prazo Médio na liquidação

Fonte: Relatório correicional, item 5.2 e sistema e-Gestão, item 90417



#ParaTodosVerem: gráfico em barras indicando o prazo médio de tramitação dos processos na etapa de liquidação, do início à finalização, por parcela do acervo, no período correicional atual e no anterior.



A ferramenta de apuração do prazo médio da etapa de liquidação da Secretaria Conjunta está em construção. Por ora, os dados acima são referências do desempenho das Varas do Trabalho componente da Secretaria Conjunta.



Notadamente, há parcelas do acervo em que o prazo médio dos processos que se finalizam na liquidação estão expressivamente superiores.

Prazo Médio na etapa de Liquidação (em dias) (90417)	174,52 → 220,27
Processos com Cálculos Homologados na Etapa de Liquidação	9.300 → 7.737





Houve elevação do prazo médio da fase, no cômputo da Secretaria Conjunta, além da redução da quantidade de processos com cálculos homologados, em comparação ao período anterior.

3.4.4. Padronização de procedimentos



Na fase de cumprimento de sentença - etapa liquidação, foram padronizados procedimentos como: despacho inicial da liquidação, padronização de índices de correção monetária/juros de mora, obrigação de fazer em cumprimento provisório de sentença em face da Fazenda Pública - Tema 45 (RE 53.872) - Possibilidade, prescrição intercorrente na etapa de liquidação - aplicação do Art. 11-A, prescrição intercorrente na etapa de liquidação - não aplicação do Art. 11-A - cálculos não apresentados mesmo com intimação direta das partes, homologação de acordo, nomeação de perícia após cálculos das partes em face de divergências, sentenças de liquidação, entre outros.



Como medida de aperfeiçoamento das rotinas de trabalho e de tramitação de processos, bem como para promover a troca de experiências e a visão sistêmica, são realizadas reuniões semanais.



Realização semanal de reuniões internas visando o planejamento e alinhamento dos trabalhos, bem como para integração da equipe.



3.4.5. Tramitação de processos nas Assessorias

Fonte: sistema PJe, consulta em 17/9/2025.

TAREFAS	QUANTIDADE DE PROCESSOS	MAIS ANTIGO
Aguardando Final de Sobrestamento sem GIGs ou com GIGs vencido - outros	1.036	1/1/2000
Aguardando "Acordo Conhecimento" - com GIGs vencido	707	1/1/2000
Análise	4.391	31/1/2025
Cumprimento de Providências sem GIGs ou com GIGs vencido	693	1/1/2000
Novos Processos	179	11/9/2025
Prazos Vencidos	190	11/9/2025
Preparar Expedientes e Comunicações	44	24/6/2025

#ParaTodosVerem: tabela demonstrando a quantidade de processos existentes nas tarefas Análise, Comunicação e Expediente, Novos Processos, Cumprimento de Providências com GIGs vencido, Prazo Vencido, Aguardando Final de Sobrestamento - GIGs vencido e Aguardando Cumprimento Acordo - GIGs vencido.



Além dos processos apontados na tabela, constatou-se a existência de diversos processos nos painéis das unidades, assim distribuídos:

- Análise: 2.047 processos
- Cumprimento de Providências: 332 processos, sem GIGs ou com GIGs vencidos
- Preparar Expediente e Comunicação: 30 processos
- Prazo Vencido: 117 processos
- Aguardando Final de Sobrestamento: 210 processos, sem GIGs ou com GIGs vencidos
- Aguardando cumprimento de acordo: 385 processos, com GIGs vencidos.



Necessidade de melhor gerir as tarefas "Aguardando Final de Sobrestamento", "Aguardando Acordo - Conhecimento", "Análise", "Cumprimento de Providências", e "Preparar Expedientes e Comunicações", com eventual replanejamento, no que se refere ao painel das Assessorias, diante dos novos acervos apurados.



3.4.5.1. Análise de Processos (Autoinspeção e Cumprimento de Normativos)

→ Processos localizados por amostragem na data de 19/9/2025.



Os despachos iniciais da fase (0011240-29.2024.5.15.0025 e 0011183-41.2023.5.15.0091) e as decisões homologatórias (0010497-92.2024.5.15.0033 e 0010127-16.2024.5.15.0033) estão parametrizados.



Houve transmissão das ordens de liberação de valores dos processos 0010615-02.2021.5.15.0089 e 0010078-67.2022.5.15.0025, por meio do sistema SIF/SISCONDJ.



Verifica-se ausência de cadastramento de nova atividade de GIGS "LIQ - sobrestamento - solução do processo principal acordo - conhecimento (com a data do vencimento)" nos processos 0010667-56.2025.5.15.0089 e 0010514-24.2025.5.15.0024.



A equipe de liquidação está composta de 30 pessoas, sendo: 3 assessores, 3 chefes de seção, 1 chefe de divisão, 17 calculistas e 6 servidores de apoio.

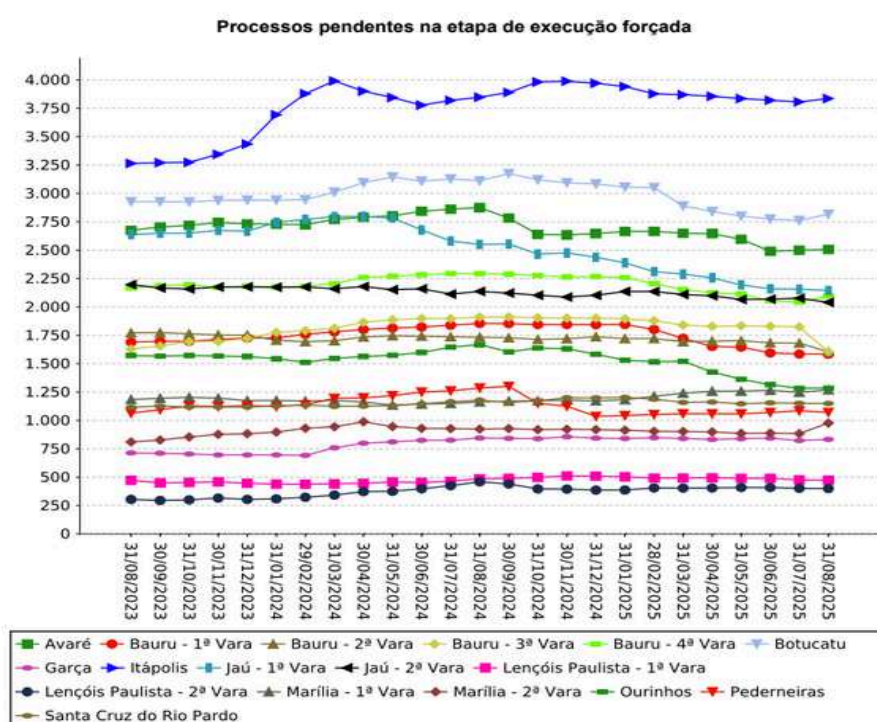


3.5. ETAPA DE EXECUÇÃO FORÇADA

3.5.1. Acervo, Idade Média e Prazo Médio na Execução Forçada

3.5.1.1. Acervo de Pendentes

Fonte: sistema e-SInCor - relatório evolução de indicadores - secretaria conjunta - variáveis 90525 (pendentes de extinção) e 90543 (pendentes de finalização).



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a quantidade de processos pendentes de extinção na etapa de execução forçada, por parcela do acervo.

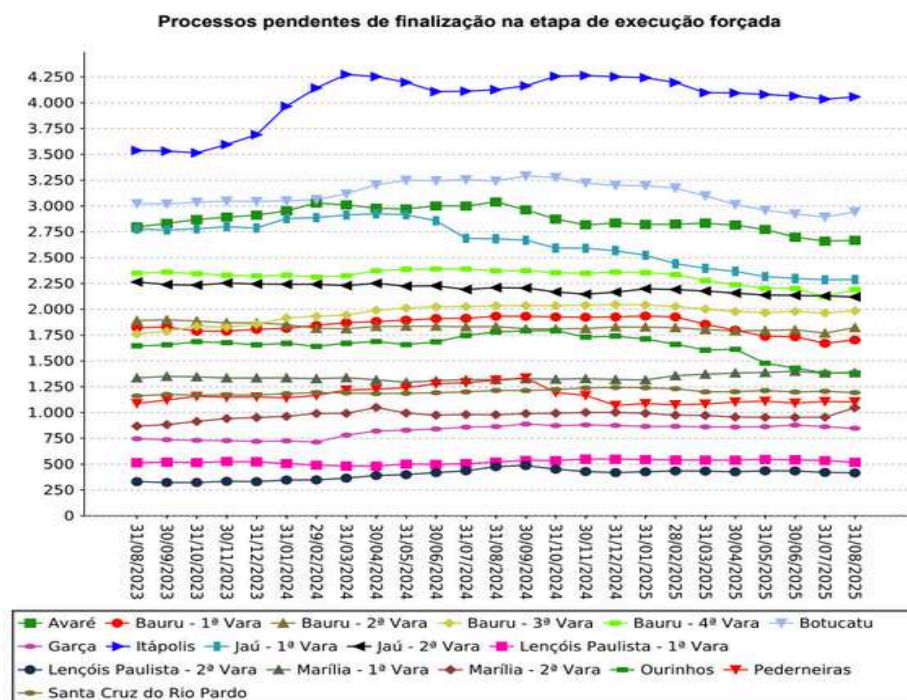


O infográfico demonstra a quantidade de processos com execuções pendentes de extinção, por parcelas do acervo, reunidos para avaliar o desempenho da Secretaria Conjunta.



Não se identifica a uniformização desse acervo, entre as parcelas que o compõem, em parte explicado pelo aumento na quantidade de execuções iniciadas, a ensejar análise específica e planejamento.

Secretaria Conjunta de Bauru



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a quantidade de processos pendentes de finalização, por parcela do acervo.



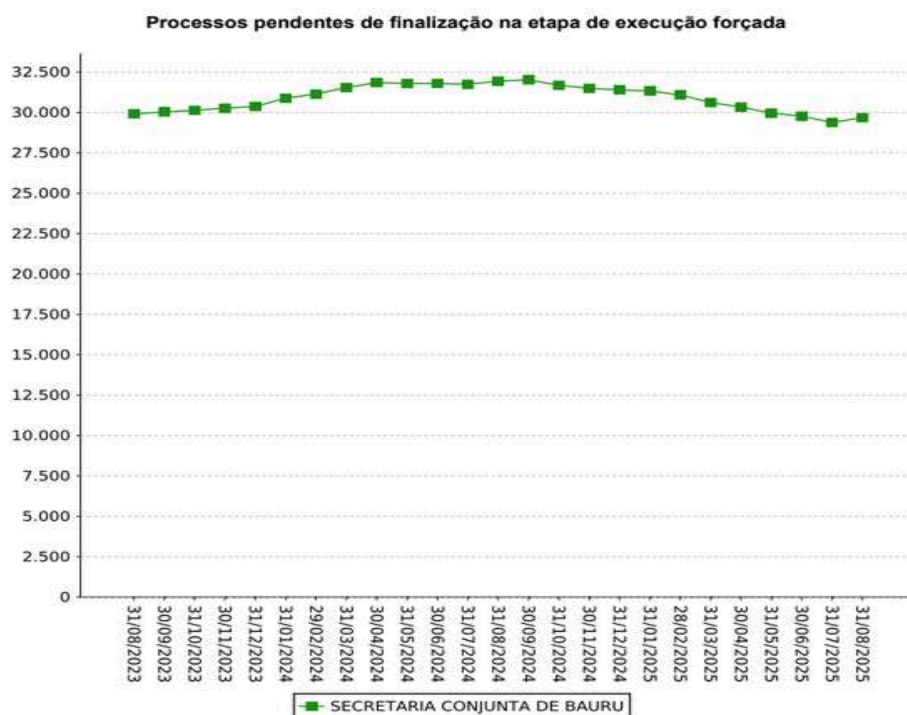
O infográfico demonstra a quantidade de processos pendentes de finalização na etapa de execução forçada, por parcelas do acervo, reunidos para avaliar o desempenho da Secretaria Conjunta.



Nota-se a formação de agrupamentos de parcelas do acervo de processos pendentes de finalização, demandando análise e replanejamento para que se concretize, paulatinamente, a uniformização.

3.5.1.2. Evolução dos Processos pendentes de finalização na etapa de execução forçada - Secretaria Conjunta Agrupado

Fonte: sistema e-SInCor - relatório evolução de indicadores - secretaria conjunta agrupado - variável 90543.



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a quantidade de processos pendentes de finalização, por Secretaria Conjunta.



O infográfico demonstra a quantidade de processos pendentes de finalização na fase de cumprimento de sentença - Etapa da Execução Forçada, agrupados por Secretaria Conjunta.

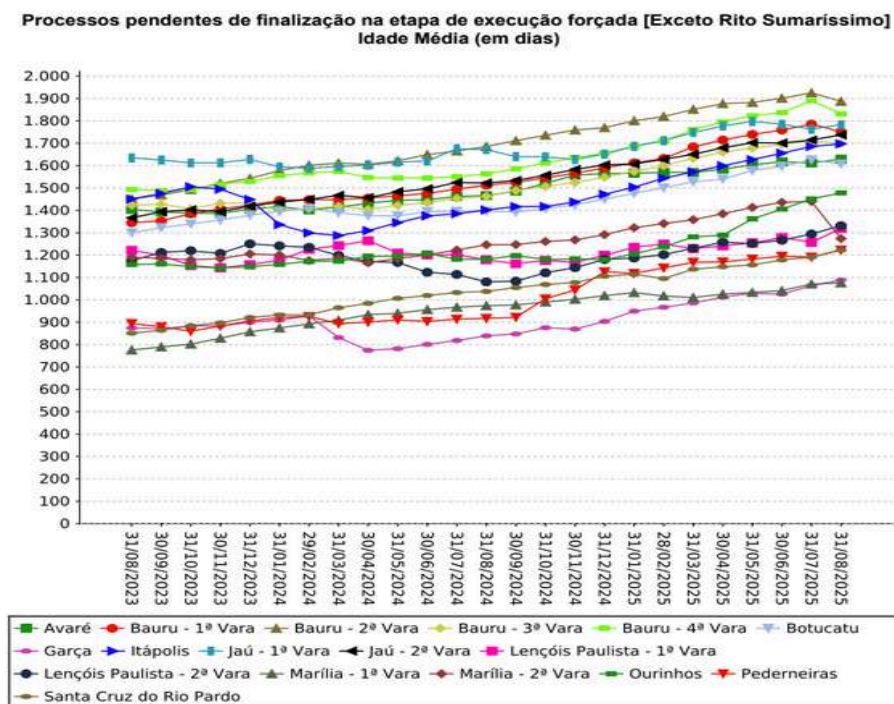


No cômputo da Secretaria Conjunta, como unidade, evidencia-se a redução da quantidade de processos pendentes de finalização na fase de cumprimento de sentença - Etapa da Execução Forçada.



3.5.2. Evolução da Idade Média

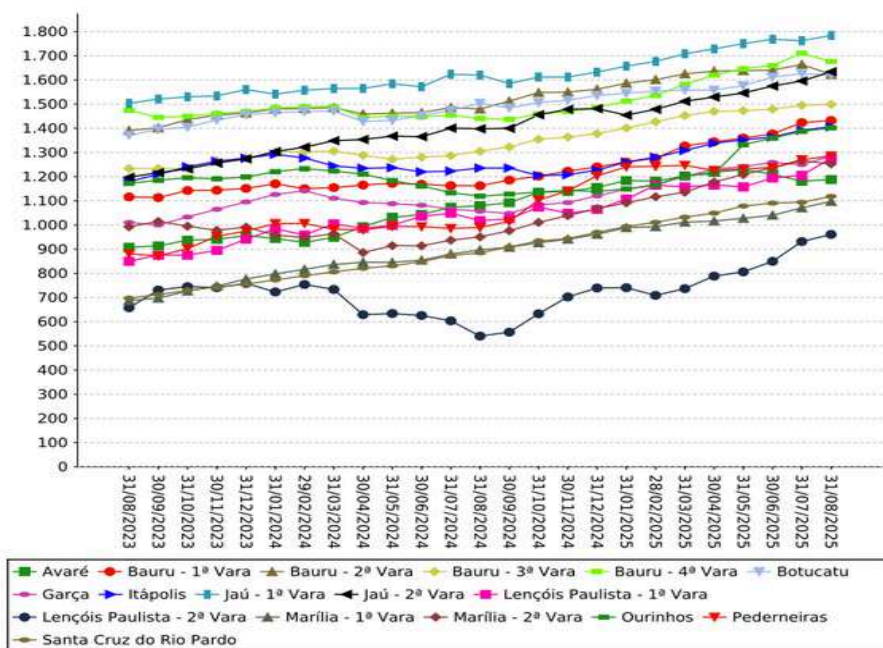
Fonte: sistema e-SInCor - relatório evolução de idade média - secretaria conjunta - variável 90543.



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a idade média dos processos na etapa de execução forçada, exceto daqueles do rito sumaríssimo, por parcela do acervo.

Secretaria Conjunta de Bauru

Processos pendentes de finalização na etapa de execução forçada [Rito Sumaríssimo]
Idade Média (em dias)



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a idade média dos processos na etapa de execução forçada, rito sumaríssimo, por parcela do acervo.



Os gráficos acima demonstram o resultado da gestão da idade média de processos na etapa de execução forçada, do início à finalização, por rito e por parcelas do acervo, reunidos para avaliar o desempenho da Secretaria Conjunta.



A uniformização de Idade Média do acervo de processos aguardando finalização da execução não se faz presente na totalidade das parcelas do acervo que, ademais, sofreu elevação.

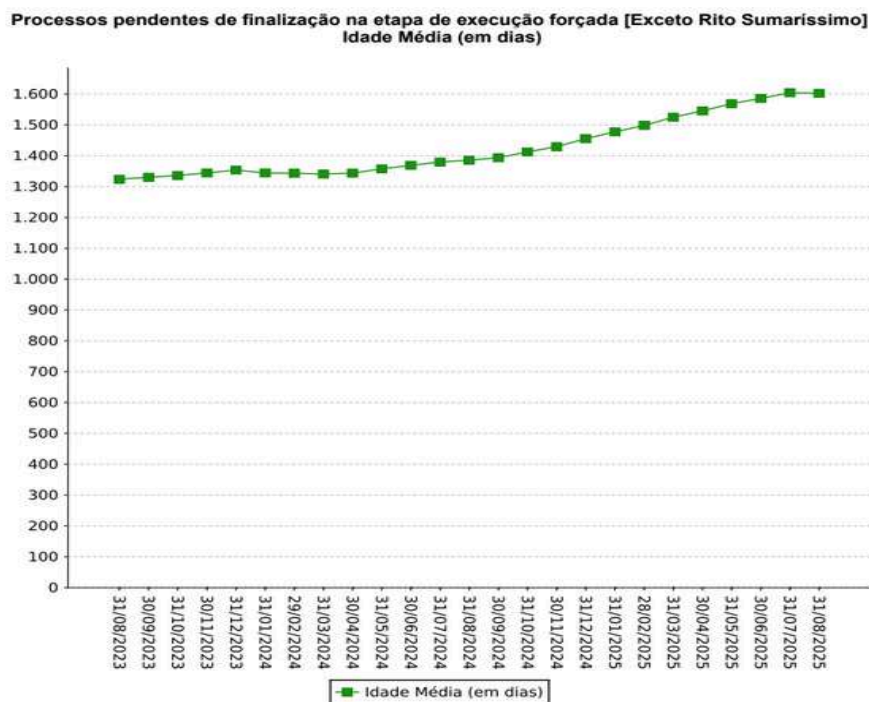
VALE LEMBRAR

- Os processos suspensos/sobrestados por execução frustrada ou aqueles aguardando pagamento mediante certidão em processos que envolvem recuperação judicial/falência são contabilizados no acervo de processos pendentes de finalização na execução.
- A gestão dos processos com maiores tempos de tramitação, submetendo-os à conclusão quando aptos, contribui para a prestação jurisdicional mais célere e efetiva.



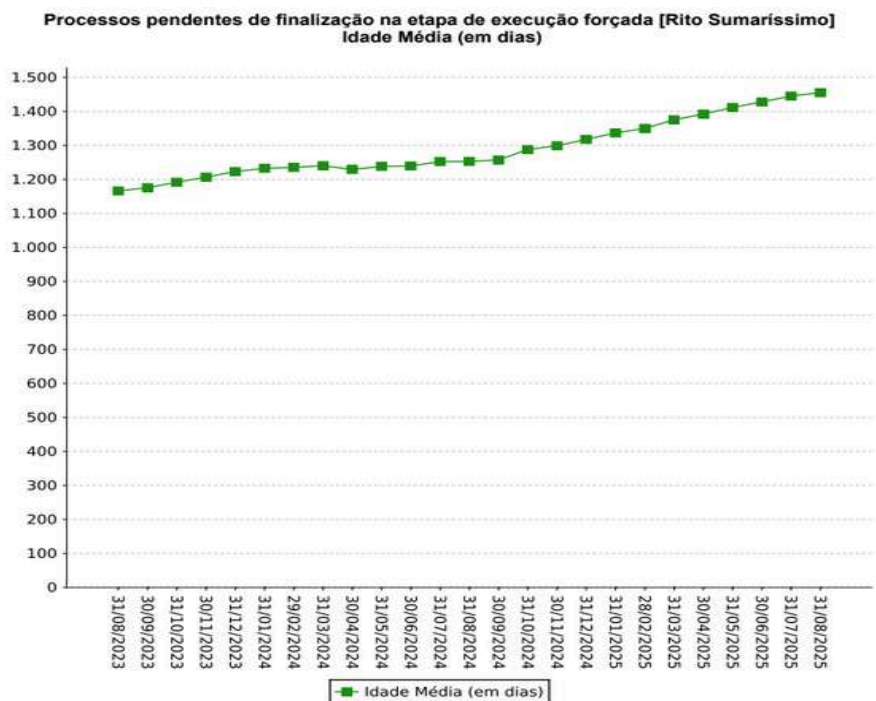
3.5.2.1. Evolução da Idade Média - Secretaria Conjunta Agrupado

Fonte: sistema e-SInCor - relatório evolução de idade média - secretaria conjunta agrupado - variável 90543.



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a idade média dos processos na etapa de execução forçada, exceto daqueles do rito sumaríssimo, por Secretaria Conjunta.

Secretaria Conjunta de Bauru



#ParaTodosVerem: gráfico em linhas demonstrando a idade média dos processos na etapa de execução forçada, rito sumaríssimo, por Secretaria Conjunta.



Os gráficos acima demonstram o resultado da gestão da idade média de processos na etapa de execução forçada, do início à finalização, por rito processual, agrupado por Secretaria Conjunta.

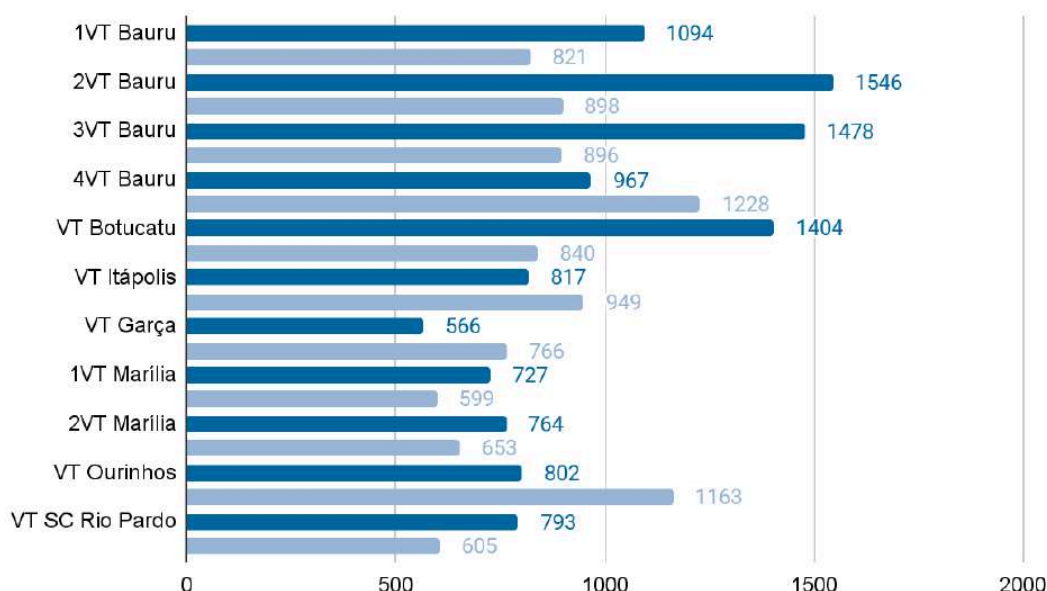


No cômputo da Secretaria Conjunta, como unidade, evidencia-se a elevação da Idade Média do acervo de processos pendentes de finalização na etapa de execução forçada.



3.5.3. Evolução do Prazo médio na Execução

Fonte: Relatório correicional, item 5.3 e sistema e-Gestão, itens 90275 e 90277



#ParaTodosVerem: gráfico em barras indicando o prazo médio de tramitação dos processos na etapa de execução forçada, do início à finalização da execução, por parcela do acervo, no período correicional atual e anterior.



A ferramenta de apuração do prazo médio da etapa de execução forçada da Secretaria Conjunta está em construção. Por ora, os dados acima são referências do desempenho das Varas do Trabalho componente da Secretaria Conjunta.



Notadamente, há parcelas do acervo em que o prazo médio dos processos da etapa de execução forçada estão expressivamente superior ao do período correicional anterior.

VALE LEMBRAR

- A inclusão de processos da execução com potencial conciliatório em pautas ordinárias de tentativa de conciliação e mediação e o incentivo à capacitação e atuação de servidores na Unidade podem contribuir para o êxito na composição e, consequentemente, para a elevação dos indicadores de desempenho.



3.5.3.1. Arquivo Provisório - Fase Cumprimento de Sentença

Fonte: Relatório Correicional, item 4.4

1.522 → 320

Processos da execução no Arquivo Provisório



O quadro acima mostra o quantitativo de processos arquivados provisoriamente, por Secretaria Conjunta.



Houve redução na quantidade total de processos arquivados provisoriamente na Secretaria Conjunta, como unidade, em relação ao período correicional anterior, contudo o acervo é significativamente elevado.

VALE LEMBRAR

- A utilização dos movimentos de suspensão, em vez de "arquivo provisório", para movimentação para o fluxo de "aguardando final do sobrestamento" em vez de "Arquivo provisório" beneficiam a gestão do acervo.



3.5.4. Audiências no CEJUSC-JT (Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas)

Fonte: sistema e-SInCor, variável 90434 e 90438 - CEJUSC-JT de Bauru

UNIDADES	QUANTIDADE DE PROCESSOS REMETIDOS	
	ETAPA DE LIQUIDAÇÃO (90434)	ETAPA DE EXECUÇÃO FORÇADA (90438)
1VT Bauru	115	109
2VT Bauru	97	115
3VT Bauru	90	143
4VT Bauru	136	166
VT Botucatu	156	169
VT Itápolis	56	79
VT Garça	2	4
1VT Marília	28	22
2VT Marília	2	2
VT Ourinhos	14	2
VT Santa Cruz do Rio Pardo	14	7
TOTAL	1.304	

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de processos da etapa de execução forçada remetidos ao CEJUSC, por parcela do acervo.



A tabela acima mostra o encaminhamento de processos para o CEJUSC para as pautas de mediação ou conciliação, por parcela do acervo.

Além das pautas ordinárias, o CEJUSC é mobilizado para as semanas temáticas promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Tribunal Superior do Trabalho (TST).



Recomenda-se a utilização mais efetiva do CEJUSC, visando à melhoria dos índices da fase de cumprimento de sentença.





No aspecto, a unidade informou que foram padronizados os procedimentos relacionados ao envio de processos ao Cejusc. Predominantemente, os processos são escolhidos pelo potencial de conciliação, além de outros critérios definidos na parametrização, e, também, havendo requerimento das partes para realização de audiência de conciliação em processos na fase de liquidação/execução.

VALE LEMBRAR

- O encaminhamento de processos da execução ao CEJUSC para pautas ordinárias de audiências de tentativa de conciliação, especialmente durante a Semana Nacional da Execução Trabalhista, contribui para a celeridade processual.

3.5.5. Padronização de procedimentos



Na fase de cumprimento de sentença - etapa execução forçada, foram padronizados, entre outros, os seguintes procedimentos: Início da execução; Pesquisa avançada; Liberação de recurso; Reunião de execuções; CEJUSC; SISBAJUD; Audiências para tentativa de conciliação na fase de execução; Pesquisa patrimonial avançada (CCS, SIMBA, CENSEC, COAF); Precatório/RPV; Reunião de execuções; SISBAJUD - Executado empresário individual; Suspensão da execução - Por não terem sido encontrados bens; Ente público como devedor subsidiário.



São realizadas reuniões periódicas entre a Assessoria e os membros da equipe de execução uma vez por semana.



Foram identificados modelos de despacho padronizados nos painéis das Assessorias no sistema PJe.



Há realização semanal de reuniões internas como medida de aperfeiçoamento das rotinas de trabalho e de tramitação de processos, bem como para promover a troca de experiências e a visão sistêmica da etapa de execução forçada.



3.5.6. Tramitação de processos nas Assessorias

Fonte: sistema PJe, consulta em 16/9/2025.

TAREFAS	QUANTIDADE DE PROCESSOS	MAIS ANTIGO
Aguardando Final de Sobrestamento sem GIGs ou com GIGs vencido	1.085	3/9/2024
Análise	2.951	29/11/2024
Cumprimento de Providências sem GIGs ou com GIGs vencido	81	18/12/2024
Novos Processos	194	11/9/2025
Prazos Vencidos	47	05/9/2025
Preparar Expedientes e Comunicações	90	8/8/2025

#ParaTodosVerem: tabela demonstrando a quantidade de processos existentes nas tarefas Análise, Analisar e Assinar, Cumprimento de Providências. Comunicação e Expedientes, Prazos Vencidos e Aguardando Final Sobrestamento.



Além dos processos apontados na tabela, constatou-se a existência de diversos processos nos painéis das Varas, assim distribuídos:

- Aguardando Final de Sobrestamento sem GIGs ou com GIGs vencido: 830 processos;
- Análise: 562 processos;
- Cumprimento de Providências sem GIGs ou com GIGs vencido: 242 processos;
- Prazo Vencido: 622 processos e
- Preparar Expedientes e Comunicações: 113 processos.



Necessidade de melhor gerir as tarefas constantes da tabela, no que se refere ao painel das Assessorias, principalmente nas tarefas “Aguardando Final de Sobrestamento” (processos sem GIGs ou com GIGs vencido), “Análise” e “Cumprimento de Providências” (processos sem GIGs ou com GIGs vencido).



3.5.6.1. Análise de Processos da Execução (Autoinspeção e Cumprimento de Normativos)

Fonte: painel do sistema PJe

→ Processos localizados por amostragem na data de 16/9/2025.



Houve transmissão das ordens de liberação de valores dos processos 0010506-34.2022.5.15.0030 e 0012741-14.2022.5.15.0049 por meio do sistema SIF/SISCONDJ.



Observou-se os lançamentos das obrigações de pagar dos processos 0011039-68.2022.5.15.0005 e 0010408-63.2022.5.15.0090 no sistema PJe, para alimentação do sistema Exe-PJe.



Reunião de execuções trabalhistas dos processos 0011629-94.2019.5.15.0055 e 0010483-81.2020.5.15.0055 (piloto), para otimização dos procedimentos executórios.



Determinação de sobrestamento, com encaminhamento dos autos para "Aguardando Final do Sobrestamento", nos processos 0011197-59.2020.5.15.0049 e 0011679-45.2021.5.15.0025, pois foi reconhecida a execução frustrada.



Suspensão da execução dos processos 0010042-46.2019.5.15.0149 e 0010022-41.2022.5.15.0055, com encaminhamento para "Aguardando Final do Sobrestamento", após a expedição das certidões de habilitação de crédito.



Foi observado nos processos 0011441-81.2024.5.15.0005 e 0010795-07.2024.5.15.0091 a existência de certidão de saldo zerado das contas judiciais, antes do arquivamento.



Verifica-se ausência de cadastramento de nova atividade de GIGS "EXE - sobrestamento - reunião de execução" nos processos 0010622-57.2020.5.15.0144 e 0010680-60.2020.5.15.0144.



Processos 0010580-32.2025.5.15.0144 e 0010407-76.2025.5.15.0089: utilização de GIGs "Acordo - conhecimento". Todavia, faltou-lhes a denominação correta, como estabelecida no normativo vigente.





Atualmente, o sistema SIGEO-JT não permite acesso da Corregedoria para consulta do tempo decorrido entre a elaboração e a validação judicial dos pedidos de pagamento de honorários periciais, tendo sido demandada à área técnica a produção de relatório que supra essa falta de acesso. A Corregedoria orienta que as unidades sigam a Recomendação GP-CR Nº 001/2025, limitando a 10 (dez) dias o tempo decorrido entre a elaboração e a validação judicial, como forma de minimizar a incidência de atualização monetária sobre os valores arbitrados.

3.5.6.2. Execução Forçada / Bloqueio de Valores

Fonte: Painel do sistema PJe e relatórios do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD
Dados de 9/2024 a 8/2025

PROCESSOS AGUARDANDO UTILIZAÇÃO		ORDENS PROTOCOLIZADAS	BLOQUEIOS EFETIVADOS PENDENTES DE DESDOBRAMENTO	
Quantidade	Mais antigo		Quantidade	Mais antigo
371	28/2/2025	40.133	503	7/1/2025

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades totais e datas mais antigas de processos aguardando utilização do sistema de bloqueio de valores, ordens protocolizadas e bloqueio efetivados pendentes de desdobramento, por Secretaria Conjunta.



Além dos processos apontados na tabela, constatou-se a existência de 206 processos, nos painéis das Varas, aguardando a ferramenta de bloqueio, identificados pelo *chip* "SISBAJUD-protocolar", mais antigo desde 4/9/2022.



Como padrão, a “teimosinha” é aplicada por 60 dias, sendo que o servidor que minutou o despacho e protocolou a ordem de bloqueio a acompanha através de atividade cadastrada no GIGS, sob sua responsabilidade.



Necessidade de melhor gerir o intervalo de tempo para a utilização da ferramenta de bloqueio, considerando a natureza alimentar do crédito, a exemplo do processo 0010334-39.2023.5.15.0101, pendente desde 11/2/2025.





Necessidade de saneamento. A ferramenta eletrônica já foi utilizada, por exemplo, nos processos 0011679-50.2017.5.15.0101 e 0010219-23.2020.5.15.0101, já arquivados, mas pendem com o chip "SISBAJUD-protocolar".



Alto número de bloqueios efetivados pendentes de desdobramento.

VALE LEMBRAR

- O saneamento das pendências de bloqueios efetivados deve ser frequente, com a pronta emissão de ordem de transferência dos valores ou emissão de ordem de desbloqueio, conforme o caso.

3.5.6.3. Mandados Devolvidos ao Juízo

Fonte: Painel do PJe (consulta em 19/9/2025)

MANDADOS DEVOLVIDOS PENDENTES DE APRECIÇÃO			
Painel	Quantidade	Mais antigo	Processo
CON1	141	1/8/2025	0011326-70.2025.5.15.0055
CON2	11	18/8/2025	0010753-28.2025.5.15.0024
LIQ1	3	26/8/2025	0010870-35.2024.5.15.0030
LIQ2	-	-	-
EXE1	72	18/7/2025	0010817-75.2018.5.15.0091
EXE2	21	5/9/2025	0011123-52.2015.5.15.0090
EXE3	-	-	-
EXE4	5	3/9/2025	0011459-93.2017.5.15.0055
1VT Bauru	-	-	-
2VT Bauru	1	19/9/2025	0010080-44.2019.5.15.0089
3VT Bauru	1	19/9/2025	0010781-31.2021.5.15.0090



Secretaria Conjunta de Bauru

4VT Bauru	-	-	-
VT Botucatu	-	-	-
VT Itápolis	2	19/9/2025	0010957-94.2025.5.15.0049
VT Garça	2	5/8/2025	0010476-18.2024.5.15.0098
1VT Marília	36	1/8/2024	0010902-41.2018.5.15.0033
2VT Marília	45	30/4/2025	0011363-03.2018.5.15.0101
VT Ourinhos	15	6/8/2025	0010662-90.2020.5.15.0030
VT Santa Cruz do Rio Pardo	6	12/7/2025	0010579-89.2021.5.15.0143

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades, data mais antiga e processo com mandados devolvidos pendentes de apreciação, por Secretaria Conjunta.



Nota-se a necessidade de melhor gerir o prazo para análise dos mandados devolvidos.



Nos mandados de pesquisas patrimoniais são determinadas a utilização das seguintes ferramentas eletrônicas de execução: RENAJUD, ARISP e INFOJUD (incluindo IRPF, DIMOB, DOI, DECRED).

VALE LEMBRAR

- A otimização da gestão dos mandados devolvidos contribuirá positivamente para o tempo médio de tramitação dos processos na etapa de execução forçada.
- O estímulo ao cadastramento das empresas privadas e pessoas físicas para recebimento de citações e notificações por meio eletrônico, na forma prevista pelos normativos Nacional e Regional, contribui para a otimização dos procedimentos processuais.
- O uso efetivo e regular das ferramentas tecnológicas disponíveis para pesquisa patrimonial ajuda a garantir o êxito da etapa de execução forçada dos feitos e assegurar a prestação jurisdicional efetiva.



3.5.6.4. Alienação de Bens

Fonte: Unidade correicionada



Até a adesão integral, em 01/08/2025, a unidade não procedia com a venda direta por meio de corretor particular. O tema ainda não foi abordado novamente.

3.5.6.5. RPV / Precatórios

Fonte: Sistemas PJe e GPREC

GPREC

O sistema de Gestão Eletrônica de Precatórios - GPREC foi implementado para gerir as requisições de pequeno valor e os precatórios neste Regional.

PROCESSOS AGUARDANDO EXPEDIÇÃO DE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR OU PRECATÓRIO

Unidades	Quantidade de processos	Processo mais antigo	Data do mais antigo
EXE1	-	-	-
EXE2	-	-	-
EXE3	-	-	-
EXE4	139	0172000-14.2008.5.15.0024	6/8/2025
1VT Bauru	-	-	-
2VT Bauru	-	-	-
3VT Bauru	-	-	-
4VT Bauru	1	0010290-22.2020.5.15.0005	10/9/2025
VT Botucatu	-	-	-
VT Itápolis	-	-	-
VT Garça	-	-	-
1VT Marília	3	0010699-45.2019.5.15.0033	12/5/2025
2VT Marília	-	-	-
VT Ourinhos	14	0010838-64.2023.5.15.0030	11/4/2025
VT Santa Cruz do Rio Pardo	-	-	-
Total	157	-	-

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades, data mais antiga e processo mais antigo que aguardam expedição de requisição de pequeno valor ou precatório, por assessoria.





Há 9 diligências pendentes de resposta à Assessoria de Precatórios.



Por amostragem, observa-se no processo 0010897-98.2021.5.15.0005, que na RPV autuada em 6/6/2025, teve determinação de sequestro do valor devido.



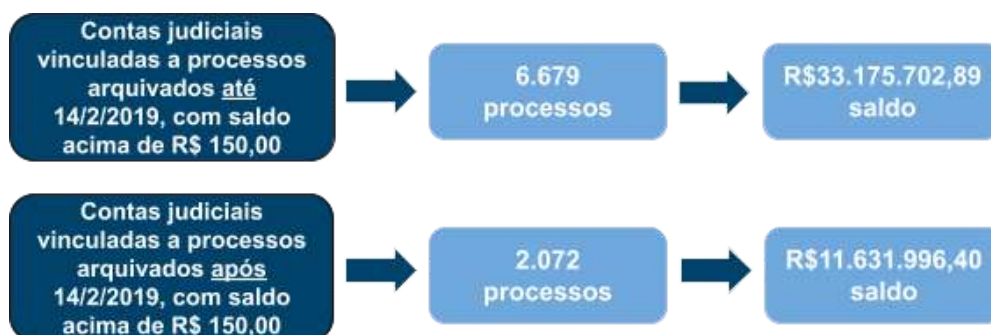
No sistema GPREC há RPV pendente de baixa, mesmo após a liberação do crédito, como no processo 0010281-88.2021.5.15.0049.



Observou-se, também, que além daqueles constantes nas assessorias, existem 36 processos aguardando expedição de RPV/Precatório no painel LIQ2 - Bauru e 18 processos aguardando a expedição nos painéis do PJe das Varas.

3.5.6.6. Projeto Garimpo

Fonte: Auditoria da Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial
Dados atualizados até 8/9/2025



#ParaTodosVerem: organograma sobre o Projeto Garimpo com a quantidade de processos arquivados e o total do saldo em contas judiciais.



Dados extraídos de auditoria realizada pela Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial, considerando os processos arquivados com valores maiores ou iguais a R\$150,00.



VALE LEMBRAR

- Ao realizar arquivamento definitivo do processo, entre outras providências, é necessário verificar a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao processo e a exclusão de eventuais inscrições no BNDT.
- Devem ser registradas no sistema apenas movimentações em contas vinculadas a processos arquivados anteriormente a 14/2/2019. Ainda, nessas contas, o registro de saneamento deve ser feito na expedição da ordem de liberação de valores, e apenas em contas cujo saldo inicial era superior a R\$ 0,01.



Necessidade de se verificar a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao processo antes do arquivamento.



Existem 2.072 processos arquivados após 2019 com valores disponíveis vinculados.



Processo 0011306-16.2017.5.15.0005 com certidão de contas zeradas, todavia arquivado com valores disponíveis.



3.5.6.7 Projeto Efetiva

Desenvolvido em parceria com a Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET) e a Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT)



Programa Escola ao Vivo – Transmissão no YouTube - dias 25 e 26 de julho de 2024 e respectivos *link*:



Apresentação (25/7/2024)

- Painel de BI da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho e sua utilização para o Projeto Efetiva.
- Estrutura de execução do TRT da 15ª Região.



Oficinas (26/7/2024)

- Uso do Igest e metas do CNJ para a efetividade da execução.
- Uso eficiente da ferramenta Exe-PJe nas rotinas das Varas.



4. DELIBERAÇÕES FINAIS



Orienta-se os magistrados e os servidores das varas do trabalho quanto à utilização regular da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em 1ª Instância WIKI-VT na tramitação dos processos.

Link: (<https://fluxonacional.jt.jus.br/> - (Nome do usuário é o CPF do servidor).

Os gestores devem analisar a ata, discutir o conteúdo dela com os membros da secretaria judiciária e planejar o efetivo cumprimento, sem a necessidade de informação imediata a esta Corregedoria. Trata-se de autonomia na gestão, com foco em dados oficiais.

Para tanto, orienta-se a utilização da matriz Gravidade, Urgência e Tendência (GUT), ferramenta de gestão utilizada para priorização de tarefas e estratégias.

MATRIZ GUT = G x U x T					
G	Gravidade	U	Urgência	T	Tendência
	Impacto e intensidade do problema se não resolvido.		Prazo, tempo possível para solucionar.		Potencial de crescimento do problema, padrão de evolução no tempo na ausência de solução.

#ParaTodosVerem: tabela explicativa da matriz GUT - Gravidade, Urgência e Tendência.



Metodologia de tomada de decisão racional com fatos e evidências. Resposta para o que fazer primeiro em cenários complexos. Separar o urgente ou importante e criar um fluxo de trabalho eficiente para cumprir todas as tarefas em prazo útil.





A unidade deve observar o adequado registro dos movimentos processuais de códigos 15185 e 15186 - Cooperação Judiciária, relacionados ao Prêmio CNJ de Qualidade 2025.



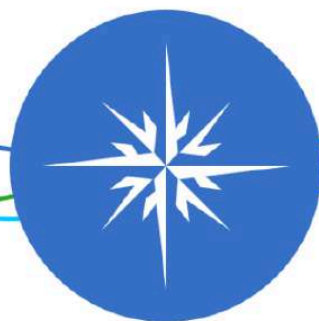


Missão

Fiscalizar e orientar a atuação
da primeira instância.

Visão de futuro

Ser conhecida no poder-dever de fiscalizar.



Valores

Comunicação, comprometimento,
ética, respeito e transparência.

Estratégia da Corregedoria Regional 2022 / 2026





ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

Divisão de Execução e Central de Mandados de Bauru

Outubro/2025



SUMÁRIO

1. Apresentação	3
2. Diagnóstico	9
3. Pesquisas Patrimoniais	11
4. Processos Judiciais	16
5. Central de Mandados	19
6. Maratona de Pesquisa Patrimonial e Semana Nacional de Execução Trabalhista	27
7. Deliberações Finais	32



1. APRESENTAÇÃO



#ParaTodosVerem: foto de Sua Excelência o Desembargador Vice-Corregedor **Edison dos Santos Pelegrini**

Em 14 de Outubro de 2025, Sua Excelência o Desembargador **EDISON DOS SANTOS PELEGRINI**, Vice-Corregedor Regional, em cumprimento ao artigo 29, II, do Regimento Interno, presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 8/2025, disponibilizado no DEJT, caderno administrativo de 10/9/2025, páginas 5/7.



Divisão de Execução e Central de Mandados de Bauru



#ParaTodosVerem: foto dos servidores da Corregedoria Regional

A equipe de correições é composta por **profissionais especializados** responsáveis por elaborar a Ata Correicional, dedicando-se de maneira detalhada aos **dados estatísticos e mantendo uma abordagem atenta à realidade da Unidade**

A Equipe de Correições

Vlademir Nei Suato

Adilson Sergio Bertoldo Junior
Alessandra Santos Terçarioli da Silva
José Vanderlei Pagan
Lilian Lawall Guedes
Luciano Marcelo Christ
Luiz Antonio Bueno
Marcos Antonio Mendes
Natália Magnani Salomão
Sandra Mara Magalhães Fumis

Divisão de Execução e Central de Mandados de Bauru

PJeCOR	
0000390-69.2021.2.00.0515	14 de Outubro de 2025



A Divisão de Execução de Bauru está sob coordenação do Juiz Paulo Bueno Cordeiro de Almeida Prado Bauer, designado para o período de 10/2/2025 a 9/2/2027, por meio da Portaria GP/SAM nº 215, de 10/2/2025.

O magistrado acumula a jurisdição da Divisão de Execução com a da 4ª Vara do Trabalho de Bauru, da qual é titular.

A Equipe da Divisão de Execução

Lotação atual da Divisão de Execução:	2 servidores
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019:	3 servidores
 “DELTA” da Divisão:	-1
Lotação atual da Central de Mandados de Bauru	33 oficiais
Lotação prevista no anexo da Portaria GP nº 77/2019	34 oficiais
 “DELTA” da Central:	-1

- Há 1 servidor atuando em teletrabalho: Alex Risse (Sigep 7103/2025-AA).
- Não há estagiários na Unidade.

VALE LEMBRAR

- Os modelos de trabalho presencial e teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, deverão observar os termos do Ato Regulamentar nº 10/2018, com alteração da Resolução Administrativa nº 3/2023.



Divisão de Execução e Central de Mandados de Bauru



Área de atuação: Avaré, Bauru (4 Varas), Botucatu, Garça, Itápolis, Jaú (2 Varas), Lençóis Paulista (2 Varas), Marília (2 Varas), Ourinhos, Pederneiras e Santa Cruz do Rio Pardo.

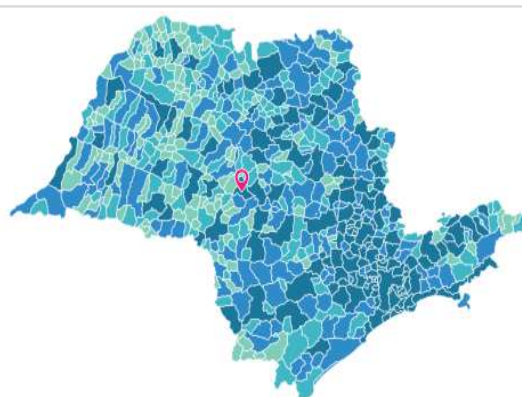
Informações da localidade:

Localizado no centro-oeste do Estado de São Paulo, Bauru é um município cuja população, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e conforme o último censo de 2022, totaliza 379.146 pessoas.



Fonte: Prefeitura de Bauru, 2025

#ParaTodosVerem: foto da cidade



Fonte: IBGE, 2024

#ParaTodosVerem: imagem do mapa do Estado de São Paulo, com destaque para o município de Bauru.



Missão do Tribunal Regional da 15ª Região: realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Fonte: Plano Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026

**“CON” + “REGERE” = CORREIÇÃO
= REGÊNCIA EM DUPLA.**



#ParaTodosVerem: foto de mãos unidas.



#ParaTodosVerem: foto de peças de quebra-cabeça sendo juntadas.

A origem da palavra "Correição" remonta ao latim, derivada de "regere", que significa "deixar como deve ser", combinado com o prefixo "com", que denota "junto de". Nesse contexto, o propósito da correição não se limita apenas à correção de erros, mas, de maneira conjunta, visa alinhar procedimentos para aprimorar o atendimento ao jurisdicionado.



CANAL DE COMUNICAÇÃO



#ParaTodosVerem:
desenho de três pessoas
de mãos dadas sobre três
peças unidas de
quebra-cabeça, uma das
pessoas com a mão
estendida para uma
quarta de pé sobre outra
peça, separada das
demais.

A Corregedoria Regional reconhece que os **dados estatísticos**, por si só, não são suficientes para determinar o desempenho de uma Unidade. É imprescindível uma **análise conjunta dos dados coletados e das circunstâncias específicas** em que a Unidade judiciária opera. Essa abordagem permite extrair **parâmetros relevantes para a gestão e aprimoramento** da prestação jurisdicional local. O ponto de partida para esse processo é a consideração da **experiência singular da Unidade e de sua equipe**.



A Corregedoria preserva um canal de comunicação com a primeira instância e **mantém contato com a Unidade** para conhecer as ocorrências relevantes desde a última autoinspeção para aprimoramento dos dados para a correição anual.



2. DIAGNÓSTICO



- Consultas realizadas no período de 17 a 22/9/2025.
- ◆ Relatório de Indicadores anterior com dados de 10/2023 a 9/2024.
- ◆ Relatório de Indicadores atual com dados de 7/2024 a 6/2025.



Acesse o **Anexo II - Glossário** para obter mais informações sobre os termos e relatórios utilizados e o **Anexo III - Normas institucionais** para o inteiro teor dos normativos.

Macrovisão



Necessidade de condução de análise aprofundada para identificar as causas subjacentes do baixo volume de pesquisas avançadas instauradas e encerradas.



Redução na finalização das pesquisas patrimoniais em relação ao período anterior.



Redução significativa do prazo médio em relação ao período anterior.



Necessidade de condução da gestão para reduzir a quantidade de procedimentos pendentes de conclusão, visando a redução da taxa de congestionamento.



Tramitação dos processos judiciais em dia (menos de 30 dias sem tramitação).



Participação da Unidade na 12ª e 13ª Maratonas de Pesquisa Patrimonial e na 14ª e 15ª Semana Nacional da Execução Trabalhista.





A primeira análise para obter um diagnóstico da Unidade é feita por meio de **indicadores-chaves** de desempenho, em conformidade com Provimento GP-CR nº 4/2018 e Ordem de Serviço CR nº 9/2022.



3. PESQUISAS PATRIMONIAIS

3.1. Abertura, Encerramento e Acervo de Processos

3.1.1. Investigação Patrimonial

Fonte: sistema PROAD 14753/2021, Relatório de Indicadores



#ParaTodosVerem: tabela com os dados das investigações patrimoniais instauradas, em andamento e encerradas, no período correicional atual e anterior.



A tabela acima tem o propósito de demonstrar a movimentação processual na Unidade e a sua produtividade no período atual e no anterior.



O Chefe da Divisão informou que a PAIP mais antiga em andamento atualmente na Divisão de Execução de Bauru é a de número 11/2019, que havia sido encerrada e arquivada em 2021 com resultado negativo. Foi reaberta em 2025, por solicitação da Vara do Trabalho de Avaré, tendo em vista a inclusão de novos executados no pólo passivo do processo judicial. O Juiz coordenador da Divisão de Execução acolheu o pedido e determinou a reabertura do caso em 20/2/2025. Até então, a PAIP mais antiga em tramitação era a de número 1/2024.

A partir da reabertura da PAIP 11/2019, foram realizadas as pesquisas básicas em face dos novos investigados. Também foram realizadas pesquisas CCS e CENSEC/SIGNO. Atualmente estão sendo analisadas as declarações de bens dos investigados.

Em relação à PAIP 01/2024, foi solicitada a pesquisa SIMBA, para verificação de possível existência de movimentação financeira do sócio executado por meio de pessoa interposta. A solicitação já foi respondida e está em fase final de análise.





Redução na finalização das pesquisas patrimoniais em relação ao período anterior.



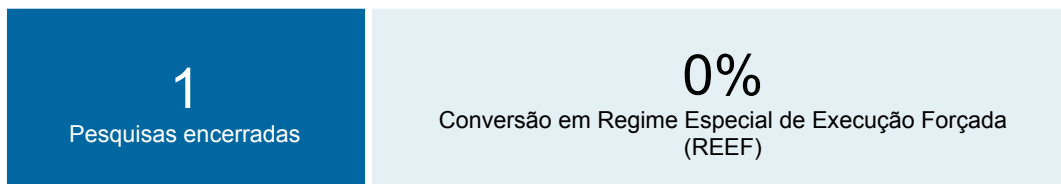
A quantidade de pesquisas encerradas está abaixo da média geral (3,07), enquanto que a quantidade de pesquisas instauradas (4) está acima da média geral de 2,21. O acervo está na média geral das Unidades, que é 6,0.



3.2. Produtividade e Prazo Médio

3.2.1. Produtividade

Fonte: sistema PROAD 14753/2021, Relatório de Indicadores



#ParaTodosVerem: tabela com os dados das pesquisas encerradas e conversão em regime especial de execução forçada (REEF)



O quadro acima demonstra o percentual de sucesso das pesquisas patrimoniais, que resultaram na instauração de REEF.



O chefe da Unidade esclareceu que a PAIP 02/2024 foi encerrada em 5/2/2025 e não foi convertida em REEF devido ao resultado negativo das pesquisas, pois não foram identificados indícios mínimos de operação de engenharia financeira para blindagem ou desvio patrimonial.

Informou, ainda, que o principal fator que impactou diretamente no encerramento de apenas uma PAIP foi a necessidade de dividir o trabalho de pesquisa com a tramitação de três REEFs que foram instalados praticamente na mesma época, entre abril e junho de 2024 (Processos 0169100-80.2008.5.15.0049, 0011935-38.2019.5.15.0031 e 0082500-79.2009.5.15.0030). Em todos os processos houve impugnações por parte dos investigados, que exigiram tempo para análise e elaboração das minutas de julgamento dos IDPJs.

Acrescentou, ainda, que a efetiva conversão de pesquisas avançadas em REEF depende de fatores externos, como a identificação de eventuais fraudes patrimoniais e a localização de ativos desviados. Historicamente, na Divisão de Execução de Bauru, apenas cerca de 20% das pesquisas avançadas resultam na instauração de um REEF, sendo esses dados extraídos do EXE-PJE, do período a partir de 2015 até o momento.



A pesquisa encerrada não foi convertida em Regime Especial de Execução Forçada - REEF.



3.2.2. Prazo Médio

Fonte: sistema PROAD 14753/2021, Relatório de Indicadores, e painel do sistema PJe



#ParaTodosVerem: tabela com os dados de prazo médio, em dias, dos processos encerrados.



Significativa redução no prazo médio dos processos encerrados, em relação ao período correicional anterior.



Prazo médio abaixo da média geral de 1.109 dias.

3.3. Impulsionamento das Pesquisas

Fonte: sistema PROAD 14753/2021, Relatório de Indicadores

Data de corte: 30/06/2025

Pesquisas Patrimoniais em Andamento	Até 45 dias	De 45 a 180 dias	Acima de 180 dias	Total
Percentual	50%	50%	-	100%
Quantidade	3	3	-	6

#ParaTodosVerem: tabela com as porcentagens de tramitação processual até 45 dias, de 45 a 180 dias e acima de 180 dias, antecedentes à data de corte.

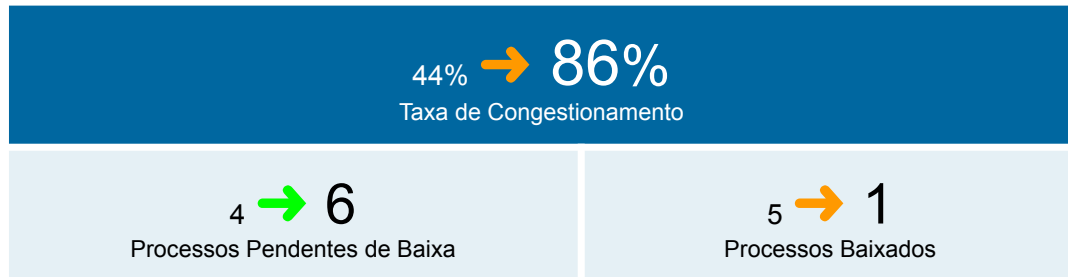


Nota-se que parte dos procedimentos de investigação não tiveram tramitação efetiva, sendo tramitados entre 45 e 180 dias antecedentes à data de corte.



3.4. Taxa de Congestionamento

Fonte: sistema PROAD 14753/2021, Relatório de Indicadores



#ParaTodosVerem: tabela com a Taxa de Congestionamento, Processos Pendentes de Baixa e Processos Baixados



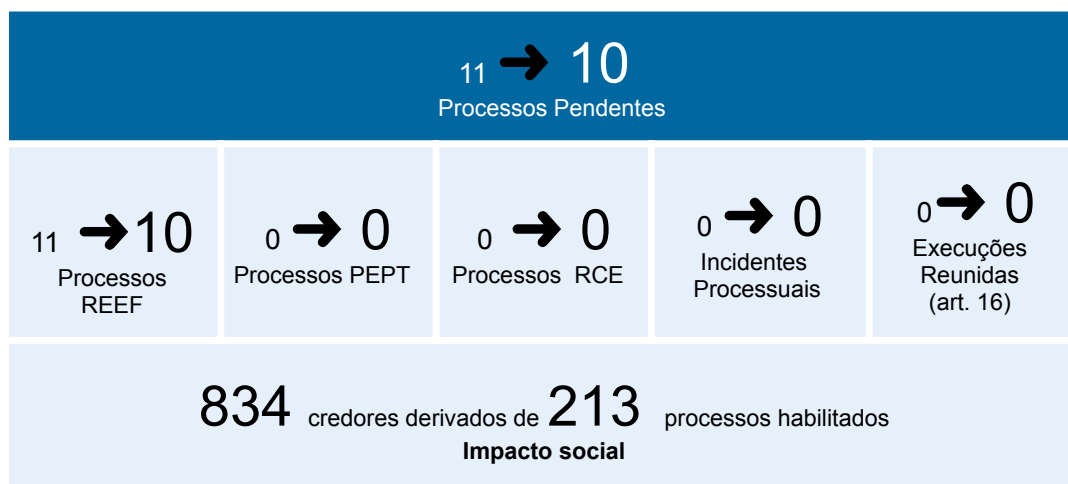
Nota-se uma elevação considerável na taxa de congestionamento em relação ao período anterior.



4. PROCESSOS JUDICIAIS

4.1. Acervo e Impacto Social

Fonte: sistema PROAD 14753/2021, Relatório de Indicadores



#ParaTodosVerem: tabela com os dados de acervo e impacto social.



Dentre o total de processos judiciais em andamento, dois estão pendentes de julgamento no 2º Grau.



O acervo está abaixo da média geral de 22 processos.



Varição deduzida de 1 processo REEF em relação ao período correicional anterior.



Não há processos de reunião de execuções instaurados na forma do art. 16 do Provimento GP-CR nº 04/2018.



4.2. Impulsionamento dos processos judiciais

Fonte: sistema PROAD 14753/2021, Relatório de Indicadores

Processos Judiciais sem Tramitação	Até 30 dias	Acima de 30 dias	Total
Percentual	100%	-	100%

#ParaTodosVerem: tabela sobre o impulsionamento dos processos judiciais, com as porcentagens de tramitação processual até e acima de 30 dias.



Não há processos sem tramitação acima de 30 dias, demonstrando boa gestão de processos sob sua responsabilidade.

4.3. Reunião de execuções

4.3.1. Regime Especial de Execução Forçada - REEF

10 REEF autuados	834 Quantidade de Credores Habilitados	213 Quantidade de Processos Habilitados	1 REEF Encerrados
R\$ 29.947.478,17 Valor consolidado das execuções			
R\$ 551.468,20 Pagamentos Realizados			

#ParaTodosVerem: tabela com os dados estatísticos relativos aos processos de REEF.



Os processos de REEF foram recentemente tramitados.



4.3.2. Plano Especial de Pagamento Trabalhista - PEPT

Fonte: Relatório de Indicadores, com dados consolidados até Junho/2025

Não há processos classificados como PEPT.

4.3.3. Regime Centralizado de Execuções - RCE

Fonte: Relatório de Indicadores, com dados consolidados até Junho/2025

Não há processos classificados como RCE.

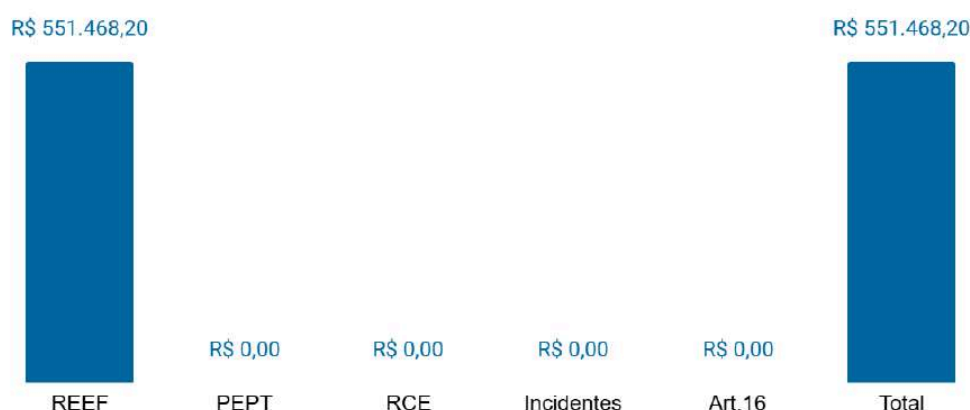
4.3.4. Procedimentos de Reunião de Execuções (Art. 16)

Fonte: Relatório de Indicadores, com dados consolidados até Junho/2025

Não há processos classificados como Reunião de Execuções - Art. 16.

4.4. Pagamentos Realizados - total

Fonte: sistema PROAD 14753/2021, Relatório de Indicadores



#ParaTodosVerem: gráfico em barras verticais, com o total, em reais, de pagamentos realizados.

5. CENTRAL DE MANDADOS

5.1. Parametrização local

Fonte: sistema PJeCor 0000161-07.2024.2.00.0515

Ordens de Serviço nº 1/2024

Orienta os trabalhos dos Oficiais de Justiça da Central de Mandados de Bauru

#ParaTodosVerem: tabela com os dados relativos à parametrização local que orienta os trabalhos dos Oficiais de Justiça.



O prazo para cumprimento do mandado de pesquisas básicas é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado em caso de acúmulo justificável de trabalho, exceto medidas urgentes que serão definidas pelo Juízo da Execução, nos termos da Ordens de Serviço nº 1/2024 (parametrização local das Varas do Trabalho de Bauru, Botucatu, Garça, Itápolis, Marília, Ourinhos e Santa Cruz do Rio Pardo), em conformidade com a Ordem de Serviço CR nº 7/2024."



As Ordens de Serviço vigentes atendem às normas legais e institucionais, bem como sua respectiva finalidade, ao regular os posicionamentos e peculiaridades regionais da Central de Mandados de Bauru.

5.2. Atuação dos Oficiais de Justiça

Fonte: Painel do PJe da Central de Mandados Unificada de Bauru (consulta em 19/9/2025) e sistema SAOPJe

5.2.1. Mandados pendentes de distribuição

Mandados pendentes de distribuição / redistribuição		
Quantidade	Mais antigo	Processo
7	18/9/2025	0011287-63.2025.5.15.0026

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades e datas dos mandados pendentes de distribuição.



Divisão de Execução e Central de Mandados de Bauru



Na jurisdição de Marília há **6 mandados com registro de urgência** (0011121-10.2025.5.15.0033, 0011030-17.2025.5.15.0033, 0010833-62.2025.5.15.0033, 0010821-48.2025.5.15.0033, 0010771-22.2025.5.15.0033 e 0010951-38.2025.5.15.0033) **pendentes de distribuição** por não haver cadastro de oficial plantonista, todos datados de 19/9/2025 e **1 mandado redistribuído** (0010641-66.2024.5.15.0033), datado de 12/9/2025.

Na jurisdição de Santa Cruz do Rio Pardo há **1 mandado com registro de urgência** (0011287-63.2025.5.15.0026) **pendente de distribuição** por não haver cadastro de oficial plantonista, datado de 18/9/2025.



A Unidade informou que, constatada a existência de mandados urgentes, a Divisão de Execução de Bauru contata o Oficial de Justiça responsável pelo endereço da diligência para informar sobre a necessidade da diligência. Caso o Oficial de Justiça esteja de férias ou impossibilitado de cumprir o mandado, ele será distribuído ao primeiro Oficial da lista de distribuição de mandados urgentes. Essa lista é compartilhada com todos e organizada por ordem alfabética.



Todas as Unidades que compõem a Divisão de Execução de Bauru e Central de Mandados Unificada de Bauru têm a área de zoneamento devidamente parametrizada para a distribuição automática dos mandados.

VALE LEMBRAR:

- Caso não seja realizada automaticamente, a distribuição do mandado deve ocorrer de forma manual e contemporânea ao seu recebimento pela Central de Mandados.



5.2.2. Mandados pendentes de cumprimento por Oficial de Justiça

Fonte: Painel do sistema PJe (consulta em 19/9/2025)

Oficial de Justiça	Mandados pendentes de cumprimento	
	No prazo	Prazo excedido
Adriana Chiaramonte de Souza	8	-
Adriane de Paula Campos Battistutta	23	14
Augusto Cesar Gandara Capella	32	-
Caio Cesar Freitas Tosta	46	10
Celson Carnezi	1	-
Eder Aparecido de Lazari Galdiano	2	-
Fabiana Herrerias	2	-
Fabiola Carla Ferreira	24	3
Fernanda Carolina Torres	13	-
Fernando Gonçalves Reinoso	13	-
Flavio Alexandre Silva	12	-
Geisa Menani Silva Reghini	13	-
José Rafal Filho	17	-
Lourdes de Souza	56	37
Mara Silvana Galdiano Lopes	12	-
Maria Paula Forteza Dias Puccini	8	5
Mariana Azeredo Costa Salotto	14	4
Romulo Juniti Hirota	4	-



Divisão de Execução e Central de Mandados de Bauru

Sandra Popolo	16	4
Silvana Sudario de Campos	16	-
Wagner Jose Martines	39	11
TOTAL	371	88

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades dos mandados pendentes de cumprimento, no prazo e com prazo vencido, por oficial de justiça.



Os Oficiais de Justiça das Unidades já correicionadas (1ª e 2ª Varas de Jaú, 1ª e 2ª Varas de Lençóis Paulista e Vara de Pederneiras) não constam da tabela acima.



O quadro acima representa o volume de trabalho recebido pelos Oficiais e pendente de cumprimento.



O sistema PJe considera o prazo de 30 dias para o cumprimento das diligências pelos oficiais de Justiça, destacando em “vermelho” aquelas que ultrapassarem referido prazo. Entretanto, a apuração de eventual atraso deve ser analisada à luz da parametrização local.



Foram identificadas 88 diligências pendentes de cumprimento com prazo acima do limite previsto na parametrização local de cada Unidade, e não há registro de dilação de prazo pelo juízo da execução.



Há 4 mandados sinalizados como vencidos (0011012-39.2024.5.15.0030, 0011368-78.2017.5.15.0030, 0011027-42.2023.5.15.0030 e 0011080-67.2025.5.15.0025), porém, necessitam de saneamento do sistema, uma vez que já foram cumpridos.



Há 2 mandados sinalizados como vencidos nos processos 0012105-57.2021.5.15.0025 e 0010429-84.2021.5.15.0151, necessitando sanear o sistema, pois, no primeiro processo foi homologado acordo e solicitada a devolução do mandado, e no segundo houve bloqueio de numerário que garantiu a execução, bem como determinação para liberação do valor e arquivamento do feito.



5.2.3. Diligências realizadas no período correicional por Oficial de Justiça

Fonte: sistema SAOPJe - relatório Diligências Realizadas por Período - 6/2024 a 8/2025

Oficial de Justiça	Quantidade de diligências realizadas
Adriana Chiaramonte de Souza	307
Adriane de Paula Campos Battistutta	342
Augusto Cesar Gandara Capella	273
Caio Cesar Freitas Tosta	479
Celso Carnezi	162
Eder Aparecido de Lazari Galdiano	264
Fabiana Herrerias	145
Fabiola Carla Ferreira	287
Fátima Nobuco Maebara Bueno	165
Fernanda Carolina Torres	331
Fernando Gonçalves Reinoso	546
Flavio Alexandre Silva	355
Geisa Menani Silva Reghini	350
José Raful Filho	572
Lourdes de Souza	619
Mara Silvana Galdiano Lopes	294
Maria Paula Forteza Dias Puccini	225
Mariana Azeredo Costa Salotto	170
Romulo Juniti Hirota	313



Divisão de Execução e Central de Mandados de Bauru

Sandra Popolo	342
Silvana Sudario de Campos	283
Wagner Jose Martines	600

#ParaTodosVerem: tabela com as quantidades de diligências realizadas, nominalmente, pelos Oficiais de Justiça.

Com relação a discrepância na quantidade de mandados cumpridos pelos Oficiais de Justiça, o Chefe da Divisão esclareceu que, no âmbito da Divisão de Execução de Bauru, a distribuição dos mandados segue critérios de zoneamento, ou seja, os mandados são distribuídos em função do endereço da diligência, e não em função da quantidade, cabendo a cada Oficial de Justiça responder pela sua área, independentemente do quantitativo de mandados.

Informou, ainda, que embora se trate da Central de Mandado Unificada de Bauru, a distribuição segue a jurisdição trabalhista, como primeiro critério, visto que os Oficiais de Justiça cumprem mandados apenas da área jurisdicional trabalhista à qual pertencem. No âmbito da jurisdição, existem subdivisões por bairros ou municípios menores, sendo que cada Oficial é destacado para uma dessas áreas, conforme acerto entre eles.

Definidas as áreas de atuação ou zoneamento, o Sistema EXE-PJe é parametrizado e a distribuição dos mandados segue de forma automática. A diferença no quantitativo de mandados entre cada Oficial de Justiça decorre da sazonalidade de endereços de empresas demandadas. Bairros que concentram maior quantidade de empresas serão mais demandados, assim como o contrário também se aplica. Ainda assim, na divisão territorial, busca-se sempre equalizar esses números. Por exemplo, nas áreas onde existem muitas empresas instaladas, o zoneamento será feito em menor extensão territorial. Já nas áreas com poucas empresas, o zoneamento será feito em maior extensão territorial, de forma a justamente tentar equilibrar ao máximo o quantitativo de mandados distribuídos para cada Oficial de Justiça. Também existem critérios mais subjetivos que podem definir um zoneamento, por exemplo, áreas rurais de difícil acesso ou municípios mais distantes da sede.

No caso específico da jurisdição de Bauru, esta é dividida em oito áreas e os Oficiais de Justiça fazem rodízio de área a cada 4 meses, de forma que, ao longo do tempo, os números tendem a se equilibrar.

Em relação à Oficiala de Justiça Mariana Azeredo Costa Salotto, o menor número de mandados cumpridos se deve ao afastamento por licença maternidade no interregno de 21.5.2024 a 17.11.2024, período no qual os mandados da Vara de Itápolis foram todos distribuídos para o Oficial de



Justiça Fernando Gonçalves Reinoso.

No caso específico do Oficial de Justiça José Raful Filho, tendo em vista que tem maior dificuldade em operar as ferramentas eletrônicas de pesquisa de bens, foi acordado entre todos os Oficiais a redistribuição de mandados que exigem apenas diligências físicas, concentrando-se nos demais as diligências que utilizam as ferramentas eletrônicas, como forma de dar efetividade aos atos executórios.

Por fim, como a Oficiala de Justiça Fátima Nobuco Maebara Bueno aposentou-se em 27.3.2025, todos os mandados da Vara de Ourinhos estão sendo distribuídos para a Oficiala Lourdes de Souza, desde então.



A menor quantidade de mandados cumpridos pela Oficiala Fátima Nobuco Maebara Bueno decorreu de sua aposentadoria em 27/3/2025.



Acompanhar com regularidade a produtividade dos oficiais e, sempre que necessário, promover ajustes no zoneamento da circunscrição de atuação da Divisão, a fim de evitar a sobrecarga de atividades de alguns oficiais em detrimento de outros.

5.3. Utilização do sistema EXE-PJe e efetividade da execução

Fonte: sistemas PJe e Exe-PJe - verificação por amostragem

Diligências Realizadas			
Processo	Inclusão da diligência no Exe-PJe	Ferramentas eletrônicas utilizadas na pesquisa patrimonial	Registro da quantidade e qualidade da diligência
0010453-72.2024.5.15.0098	✓	ARISP, RENAJUD, INFOJUD (IRPF, DIMOB, DIRT, DOI e DECRED)	-
0011133-55.2018.5.15.0005	✓	ARISP, RENAJUD e INFOJUD	⚠

#ParaTodosVerem: tabela com os dados relativos à utilização do sistema EXE-PJe e efetividade da execução.





Utilização das ferramentas básicas de pesquisa patrimonial em busca da efetividade das execuções trabalhistas nos processos indicados acima.



Anexação das diligências cumpridas e documentos no sistema Exe-PJe.



Ausência de registro da quantidade e natureza do deslocamento da diligência realizada na certidão do(a) oficial de justiça.

5.4. Hastas Públicas

Fonte: sistema SAOPJe - Relatório Consolidado de Leilões Judiciais (Pesquisa realizada em 19/9/2025)

Número Hasta	Bens Incluídos (total)	Bens Excluídos	Bens Remidos	Bens Arrematados	Valor Arrecadado (R\$)
4/2024	68	11	1	27	29.856.957,66
1/2025	90	20	6	23	5.755.948,03
2/2025	94	6	3	36	3.286.560,66
3/2025	96	24	17	19	3.244.095,00

#ParaTodosVerem: tabela com os dados estatísticos relativos às hastas públicas e respectivos bens no atual período correicional.



6. MARATONA DE PESQUISA PATRIMONIAL E SEMANA NACIONAL DE EXECUÇÃO TRABALHISTA

6.1. Maratonas de Pesquisa Patrimonial

Fonte: PROAD 6982/2024 e 0000755-55.2023.2.00.0515

Maratona de Pesquisa Patrimonial

Promover investigações para solucionar casos de grandes devedores no âmbito de cada uma das Unidades Judiciárias.

12ª Maratona de Pesquisa Patrimonial (16 a 20/9/2024)			
Investigação Patrimonial	Quantidade Credores Habilitados	Valor Global da Execução (Estimado)	Ações / Ferramentas
2/2024	21	-	SNIPER, CCS, SIGNO/CENSEC

#ParaTodosVerem: tabela com os dados estatísticos relativos à 12ª Maratona de Pesquisa Patrimonial.



O objetivo principal da 12ª Maratona de Pesquisa Patrimonial foi a seleção de um devedor contumaz para uma investigação ampla e exclusiva, com participação da Vara do Trabalho de origem, podendo haver continuidade sobre pesquisa já iniciada pela Unidade, ou dar-se início a uma nova pesquisa.



Participação da Unidade na 12ª Maratona de Pesquisa Patrimonial, dedicando-se à análise dos resultados das pesquisas da PAIP 02/2024, com resultado frustrado.



Divisão de Execução e Central de Mandados de Bauru

13ª Maratona de Pesquisa Patrimonial (9 a 13/6/2025)			
Vara de Origem	Quantidade de Processos	Valor Global da Execução (Estimado)	Ações / Ferramentas
Bauru	–	1.599.479,17	JUCESP, SNIPER, INFOJUD (DIMOB, DCRED, DOI), CCS, SIGNO, CENSEC e demais bases cadastrais

#ParaTodosVerem: tabela com os dados estatísticos relativos à 13ª Maratona de Pesquisa Patrimonial.



A 13ª Maratona de Pesquisa Patrimonial incorporou as mudanças organizacionais e normativas do Regional, a fim de integrar a nova estrutura organizacional das Secretarias Conjuntas. Foram realizadas oficinas práticas de pesquisas patrimoniais, visando a solução de débitos trabalhistas de devedores significativos no âmbito da 15ª Região, e exposição dos casos investigados, a partir de trabalho integrado das Secretarias Conjuntas, Divisões de Execução e Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial.



A Unidade reportou que sua participação na 13ª Maratona de Pesquisa Patrimonial foi marcada pela abertura da pesquisa do caso Fabrimaster Equipamentos Automotivos Eireli, com a instauração da PAIP 02/2025. Foram realizadas as pesquisas iniciais e o estudo do caso, que culminaram na expedição de um relatório inconclusivo. Esse relatório apontou a necessidade de solicitar a pesquisa SIMBA para a análise dos extratos detalhados dos investigados.



Participação da Unidade na 13ª Maratona de Pesquisa Patrimonial, dedicando-se à instauração da Pesquisa patrimonial 02/2025 e realização das pesquisas iniciais.



Divisão de Execução e Central de Mandados de Bauru

14ª Maratona de Pesquisa Patrimonial (8 a 12/9/2025)			
Vara de Origem	Quantidade de Processos	Valor Global da Execução (Estimado)	Ações / Ferramentas
Bauru	–	1.599.479,17	JUCESP, SNIPER, INFOJUD (DIMOB, DCRED, DOI), CCS, SIGNO, CENSEC e demais bases cadastrais

#ParaTodosVerem: tabela com os dados estatísticos relativos à 14ª Maratona de Pesquisa Patrimonial.



O objetivo principal da 14ª Maratona de Pesquisa Patrimonial foi a seleção de um devedor contumaz para uma investigação ampla e exclusiva, em colaboração com as Secretarias Conjuntas, podendo haver continuidade sobre pesquisa já iniciada pela Unidade, ou dar-se início a uma nova pesquisa. Para tanto, foram estudados 115 devedores trabalhistas e 9 casos, com destaque para as seguintes Divisões de Execução:

- Sorocaba, atuando em dois casos;
- Campinas, que realizou investigação patrimonial em face de uma executada principal com 103 execuções individuais e dívida de R\$ 8.962.181,75;
- São José dos Campos, que investigou uma executada que reúne 40 processos e dívida de R\$ 11.801.440,11.

Assim, promoveu-se a disseminação de boas práticas de pesquisa, o avanço das investigações patrimoniais em andamento e o fortalecimento das colaborações entre as Divisões de Execução e as Secretarias Conjuntas.



A Unidade reportou que sua participação na 14ª Maratona de Pesquisa Patrimonial foi marcada pela retomada da PAIP 02/2025, que estava suspensa aguardando a resposta da pesquisa SIMBA. Foram analisados os extratos detalhados, porém não foram identificadas operações de desvio, ocultação ou confusão patrimonial. O relatório está em fase de finalização.



Participação da Unidade na 14ª Maratona de Pesquisa Patrimonial, dedicando-se à retomada da PAIP 02/2025, com análise da resposta da pesquisa SIMBA e em processo de finalização do relatório.



6.2. Semana Nacional da Execução Trabalhista

Fonte: Painel da Semana Nacional da Execução Trabalhista XV - CSJT

Semana Nacional da Execução Trabalhista

Implementar medidas concretas e coordenadas com vistas a conferir maior efetividade à execução trabalhista.

15ª Semana Nacional da Execução Trabalhista (15 a 19/9/2025)

Hasta Pública	Liberação de Alvarás	Bloqueio de Ativos Financeiros	Valor Total Movimentado pela Unidade
R\$ 3.112.797,50	-	-	R\$ 3.112.797,50

#ParaTodosVerem: tabela com os dados estatísticos relativos à 15ª Semana Nacional da Execução Trabalhista



Participação da Unidade na 15ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, com atividades direcionadas para a realização de leilão (Hasta Pública n.º 03/2025), resultando na arrecadação de R\$ 3.112.797,50.



6.3. Projeto Efetiva

Desenvolvido em parceria com a Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET) e a Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT)

Gestão de execuções
Processos antigos
Diagnóstico
Treinamento, Qualificação, Escola Judicial
Eficiência
Soluções específicas

Programa Escola ao Vivo – Transmissão no YouTube - dia 25 de julho de 2024 e respectivo *link*:



Apresentação (25/7/2024)

- Painel de BI da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho e sua utilização para o Projeto Efetiva.
- Estrutura de execução do TRT da 15ª Região.



7. DELIBERAÇÕES FINAIS



Orienta-se os magistrados e os servidores das varas do trabalho quanto à utilização regular da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em 1ª Instância WIKI-VT na tramitação dos processos.

Link: (<https://fluxonacional.jt.jus.br/> - (Nome do usuário é o CPF do servidor).

Os gestores devem analisar a ata, discutir o conteúdo dela com os membros da secretaria judiciária e planejar o efetivo cumprimento, sem a necessidade de informação imediata a esta Corregedoria. Trata-se de autonomia na gestão, com foco em dados oficiais.

Para tanto, orienta-se a utilização da matriz Gravidade, Urgência e Tendência (GUT), ferramenta de gestão utilizada para priorização de tarefas e estratégias.

MATRIZ GUT = G x U x T					
G	Gravidade	U	Urgência	T	Tendência
	Impacto e intensidade do problema se não resolvido.		Prazo, tempo possível para solucionar.		Potencial de crescimento do problema, padrão de evolução no tempo na ausência de solução.

#ParaTodosVerem: tabela explicativa da matriz GUT - Gravidade, Urgência e Tendência.



Metodologia de tomada de decisão racional com fatos e evidências. Resposta para o que fazer primeiro em cenários complexos. Separar o urgente ou importante e criar um fluxo de trabalho eficiente para cumprir todas as tarefas em prazo útil.



Acesse o **Documento Complementar** ao ato presencial para obter mais informações sobre os encaminhamentos da ata de correição, atendimentos realizados, horário de encerramento e demais assuntos correlatos.





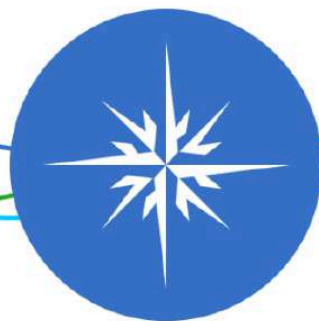


Missão

Fiscalizar e orientar a atuação
da primeira instância.

Visão de futuro

Ser conhecida no poder-dever de fiscalizar.



Valores

Comunicação, comprometimento,
ética, respeito e transparência.

Estratégia da Corregedoria Regional 2022 / 2026



Ocorrências

	Participou, presencialmente, o Juiz Coordenador da Divisão de Execução Paulo Bueno Cordeiro de Almeida Prado Bauer.
---	---

Demandas de servidoras e servidores

Não houve.

Atendimentos

Não houve.

Providências multidisciplinares

Encaminhe-se cópia da presente Ata de Correição, valendo como ofício, em ato contínuo à publicação à Coordenadoria de Pesquisa Patrimonial - CPP, para conhecimento.

Encerramento

Em 14 de outubro de 2025, às 15h25min, encerraram-se os trabalhos, e nós, Adilson Sérgio Bertoldo Junior, Coordenador de Apoio às Correições da Corregedoria Regional, e Vlademir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional, lavramos a Ata de Correição Ordinária e o Documento Complementar ao ato, anexos, que, depois de lidos, vão assinados eletronicamente por Sua Excelência o Desembargador EDISON DOS SANTOS PELEGRINI, Vice-Corregedor Regional, a ser publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.

